

Contributos dos Cursos EFA no desenvolvimento pessoal, profissional e comunitário

Dissertação de Mestrado

Ana Margarida Neves da Graça

Orientadora: Professora Doutora Sara Mónico Lopes

Coorientador: Professor Doutor Pedro Silva

Leiria, março 2015

Ciências de Educação: Especialização em Educação e Desenvolvimento
Comunitário

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA



Mestrado em Ciências da Educação
área de especialização em Educação e Desenvolvimento
Comunitário

Contributos dos Cursos EFA no desenvolvimento pessoal, profissional e comunitário

Dissertação realizada por:

Ana Margarida Neves Graça

Sob a orientação de:

Orientadora: Professora Doutora Sara Mónico Lopes

Coorientador: Professor Doutor Pedro Silva

Agradecimentos

Agradeço...

Aos meus pais por todo o apoio e confiança que depositaram em mim.

Ao meu namorado que sempre me apoiou e acreditou em mim e nos momentos mais difíceis tinha sempre uma palavra para me confortar.

Aos meus orientadores, Doutora professora Sara Mónico e ao Doutor professora Pedro Silva, por toda a disponibilidade e encorajamento que me foram dando ao longo deste longo trabalho.

A todas as entidades que colaboram na investigação e um enorme agradecimento à NERLEI que sempre se disponibilizou a colaborar no decorrer da investigação.

Às formandas do EFA de Receção de Hotel que também colaboraram na investigação.

Aos meus colegas de mestrado, especialmente à colega e amiga Marta Oliveira, com quem fui partilhando e debatendo ideias e que me foi dando força para levar este trabalho a bom porto.

Resumo

A educação e formação de adultos (EFA) é imprescindível na atual sociedade, pois esta está em constante transformação, sendo necessário a atualização dos indivíduos, ou seja os conhecimentos e as experiências são cada vez mais privilegiados especialmente em contexto profissional exigindo dos indivíduos mais qualificação.

Assim, educar e formar não passa só pela educação formal (ensino tradicional), mas também pela educação não formal centrada nas aprendizagens ao longo da vida, tendo essencialmente em conta o saber-fazer adquirido através das práticas do quotidiano, tornando esta tipologia de ensino mais dinâmica e inclusiva, pois tem em conta as características do indivíduo certificando os seus saberes, competências e práticas através dos cursos de educação e formação de adultos, por exemplo o RVCC que foi mencionado no decorrer do presente trabalho.

É importante salientar, que os saberes e competências que são adquiridos no quotidiano também podem ser de carácter informal (educação informal), estando por isso presentes aprendizagens involuntárias obtidas em contexto familiar ou social.

Pode-se afirmar que o ensino não está unicamente reservado aos mais novos (crianças e jovens), mas também direcionado para os adultos e seniores, considerando que as aprendizagens podem ser obtidas na educação formal, não-formal e informal. Assim, cada tipologia será importante em distintas faixas etárias ou em determinados momentos da vida.

Neste sentido, a investigação pretende compreender a perspetiva dos formandos e formadores/coordenadores dos cursos EFA do concelho de Leiria, nomeadamente no que diz respeito aos contributos que esta tipologia de formação proporcionou, bem como a perspetiva dos formandos/coordenadores em relação a este. Assim, na recolha de dados utilizou-se uma abordagem qualitativa, usando como técnicas de recolha dos dados os inquéritos por entrevista e por questionário.

Palavras-Chave: Escola; educação e formação de adultos; alfabetização; desenvolvimento comunitário; animação sociocultural.

Abstract

The adult education and training (EFA) is essential in today's society, because it is constantly changing, requiring the update of individuals, the knowledge and experiences are increasingly privileged especially in a professional context requiring of the individuals more qualifications.

Thus, educate and train not only goes through formal education (traditional teaching), but also by non-formal education focused on learning throughout life, mainly with regard to the know-how acquired through everyday practices, making this education typology more dynamic and inclusive as it takes into account the individual characteristics making sure their knowledge, skills and practices through education and training courses for adults, for example the RVCC that was mentioned in the course of this work.

Importantly, the knowledge and skills that are acquired in everyday life can also be informal (formal education) and are therefore present involuntary learning obtained in family or social context.

It can be said that teaching is not just reserved for the young (and young children), but increasingly directed to adults and seniors, considering that the learning can be found in formal, non-shape and informal. Thus each type will have its important given in different age groups or at certain times of life.

In this sense, the research aims to understand the perspective of trainees and trainers / coordinators of EFA in the municipality of Leiria, in particular with regard to the contributions that this type of education provided and the prospect of trainers/ coordinators in relation to this. Thus, the data collection used the qualitative approach using techniques of data collection surveys by interview and questionnaire.

Keywords: School; adult education and training; literacy; community development; sociocultural animation

Índice

Listagem de Siglas.....	10
Introdução.....	11
Problemática	13
Capítulo I – Contextos e Políticas de Formação de Adultos	15
1. Escola e a sociedade	15
2. Educação de Adultos	18
2.1. Educação de Adultos em Portugal	21
2.2. Cursos EFA.....	28
Capítulo II – Exemplos de Práticas Educativas na Formação de Adultos em Portugal .	32
1. A Alfabetização de Adultos.....	32
2. O Desenvolvimento Comunitário.....	34
3. A Animação Sociocultural.....	35
Capítulo III – Metodologia, instrumentos e procedimentos	38
1. Metodologia.....	38
1.1. O Inquérito por Questionário	38
1.2. O Inquérito por Entrevista.....	39
Capítulo IV- Apresentação e discussão dos resultados	41
1. Análise dos Inquéritos por Questionário	41
1.1. Entidades	41
1.2. Apresentação dos intervenientes no estudo.....	47
1.2.1. A NERLEI.....	48
2. Formandos(as) EFA.....	49
2.1. Trajetórias de Vida antes e após o EFA	49
2.1.1. A Rita.....	50

2.1.2. A Manuela	52
2.1.3. A Maria.....	54
3. Análise dos inquéritos por questionário realizados às formandas EFA	58
Conclusões e reflexões.....	70
Bibliografia	73
Outras Fontes	76
Legislação	77
Apêndices.....	78
Apêndice A - Guião de Inquérito por Questionário às Entidades.....	79
Apêndice B – Guião de Inquérito por Questionário às Formandas do EFA (via telefónica)	82
Apêndice C - Guião da Entrevista Semiestruturada aos Formandos EFA.....	83

Índice de Gráficos

Gráfico nº 1 – Formação académica do responsável pelos cursos EFA.....	43
Gráfico nº 2 – Os EFA nas entidades formadoras	43
Gráfico nº 3 – N.º entidades que lecionam cursos EFA no ano letivo 2014/2015	44
Gráfico nº 4 - Média de idades dos alunos	46
Gráfico nº 5 – Género	58
Gráfico nº 6 - Idades	58
Gráfico nº 7 – Concelho de Residência	58
Gráfico nº 8 – Estado Civil	59
Gráfico nº 9 - Filhos	59
Gráfico nº 10 – Situação Profissional (atual)	59
Gráfico nº 11 – Com quem viveu desde a infância à idade adulta	60
Gráfico nº 12 – Início do Percurso Escolar	61
Gráfico nº 13 – Idade de término do percurso escolar.....	61
Gráfico nº 14 – Reprovações no percurso escolar	61
Gráfico nº 15 – Atividades de Lazer.....	62
Gráfico nº 16 – Escolaridade anterior ao EFA	63
Gráfico nº 17 – Razões para ingressar no EFA	64
Gráfico nº 18 – Influências para realizar o EFA.....	64
Gráfico nº 19 – Escolha da NERLEI para realizar o EFA.....	65
Gráfico nº 20 –Área do curso (EFA)	65
Gráfico nº 21 – Avaliação do EFA	66
Gráfico nº 22 – Escolaridade obtida com o EFA.....	66
Gráfico nº 23 – Empregados na área de certificação no EFA	66
Gráfico nº 24 – Mudanças Profissionais.....	67
Gráfico nº 25 – Formação após o EFA	68

Índice de Quadros

Quadro 1 – Entidades que disponibilizam formação para adultos	42
Quadro 2 – Número de formandos já certificados.....	44
Quadro 3 – Outras tipologias de formação	45

Quadro 4 – Transformações após o curso EFA.....	59
---	----

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Planos curriculares dos Cursos EFA (1).....	29
Tabela 2 – Planos curriculares dos Cursos EFA (2).....	29
Tabela 3 – Planos curriculares dos Cursos EFA (3).....	30

Listagem de Siglas

EFA – Educação e Formação de Adultos

RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

EA – Educação de Adultos

ALV – Aprendizagem ao Longo da Vida

CQEP – Centro para a Qualificação e Ensino Profissional

ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

PNAPAE – Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

DGEA – Direção Geral da Educação de Adultos

ME – Ministério da Educação

CNO – Centro de Novas Oportunidades

ANEFA – Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos

INE – Instituto Nacional de Estatística

MEC – Ministério da Educação e Ciências

MSESS – Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

ME – Ministério da Económica

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IQF – Instituto para a Qualificação na Formação

CET – Cursos de Especialização Tecnológica

DC – Desenvolvimento Comunitário

ASC – Animação Sociocultural

ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração de Leiria

AIP – Associação Industrial Portuguesa

Introdução

No âmbito do Mestrado em Ciências da Educação – Especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário, pareceu-me pertinente orientar a minha investigação para a área da Educação e Formação de Adultos, a fim de obter mais conhecimentos neste domínio, pois tive um primeiro contacto com a temática quando a minha mãe realizou o processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) e nesse momento começaram a surgir-me algumas dúvidas e curiosidades referentes a esta nova tipologia de formação, que Lima (2008) apelidada de “ensino de segunda oportunidade”.

Assim, no que respeita à investigação realizada quis perceber se a realização de um curso de educação e formação de adultos (EFA) pode contribuir para o desenvolvimento do indivíduo a nível pessoal, social e comunitário? Para a realização da investigação defini os seguintes objetivos:

- identificar quais as entidades que lecionaram ou lecionam no presente ano letivo (2014/2015) cursos EFA em Leiria;
- perceber quais os motivos que levam alguns adultos a frequentar estes cursos;
- identificar os contributos dos cursos EFA na vida pessoal, profissional e social dos formandos;
- conhecer a perspetiva dos coordenadores(as), formadores(as) e formandos(as) quanto a esta tipologia de formação.

Este trabalho pretende ser um pequeno contributo para refletir esta temática trazendo a perspetiva de alguns adultos que realizaram recentemente um curso EFA na NERLEI.

Neste sentido, o presente estudo de natureza qualitativa, como será descrito na parte da metodologia, é constituído por quatro capítulos: o primeiro e segundo capítulos, referentes ao enquadramento teórico, apresentam e pretendem discutir os contextos e políticas de formação de adultos, delimitando as práticas educativas desta tipologia de ensino, no contexto português, destacando essencialmente a alfabetização de adultos na ótica do pedagogo e educador Paulo Freire, e o desenvolvimento comunitário e a animação sociocultural, pontos centrais da Educação de Adultos (EA).

No terceiro capítulo, é apresentado o estudo empírico, estando nesta parte descrita a metodologia de recolha de dados e, posteriormente, no capítulo quarto são apresentados e caracterizados os intervenientes (a NERLEI e os/as formandos/as do curso EFA de Receção de Hotel) que colaboram na investigação, sendo descrita toda a informação apurada através das técnicas de recolha de dados, os inquéritos por questionário implementados, primeiramente a todas as entidades da cidade de Leiria que lecionaram ou lecionam no presente ano cursos de educação e formação de adultos (EFA) e seguidamente aos formandos/as que frequentaram o EFA de Receção de Hotel, na NERLEI, e, também, a realização de uma entrevista semiestruturada a três formandas do mesmo EFA.

Seguidamente introduzirei a problemática que desencadeou e orientou a investigação.

Problemática

Na atual sociedade, são exigidas cada vez mais habilitações e formação, para que se tenha maior possibilidade de (re)inserção no mercado de trabalho e por consequência uma maior integração social dos indivíduos na sociedade onde estão inseridos. Assim torna-se importante “ [...] a educação de comunidades[porque] transforma as sociedades e faz crescer as economias [...] ” (Bokova citado por Rose, 2014, p.4).

Desta forma, no que respeita à educação de adultos e/ou alfabetização de adultos, o Relatório de Monitoramento Global de EPT, em 2013/2014 tinha como um dos principais objetivos alfabetizar o maior número de indivíduos, pois segundo o mesmo em 2011 existiam 774 milhões de adultos analfabetos, tendo então havido apenas uma redução mínima, de 1% desde 2000, assim o relatório pretendia que “ [...] até 2015 esse número cairá ligeiramente, para 743 milhões [...] ” (Rose, 2014, p.5).

Assim, para fazer face a estes elevados número de adultos não alfabetizados/não escolarizados, em 2005 surgiram diversas ofertas formativas enquadradas no programa Novas Oportunidades, sendo então possível responder à falta de qualificações de muitos jovens e adultos em Portugal. Para estes indivíduos estava ao alcance uma oportunidade de progresso pessoal e profissional, que não foi possível no passado devido, talvez, aos baixos rendimentos familiares e/ou à falta de motivação durante o percurso escolar, tendo com consequência o abandono escolar precoce.

Neste sentido, penso que a educar e formar adultos, nos dias hoje, é basilar, quer para sua construção enquanto indivíduos ativos na sociedade, denominada de sociedade do conhecimento, quer pelo facto de lhes ser dada uma nova oportunidade de trilhar novos caminhos, quer, também, possibilidade em alcançar novos objetivos a nível pessoal, profissional e social, estimulando consecutivamente o desenvolvimento comunitário das sociedades.

Portanto, os alunos são essenciais nas tentativas de melhoramento da qualidade da educação, mas é importantes perceber que “ [...] os alunos são indivíduos, com aptidões e estilos de aprendizagem diferentes [...] ” (Couto, 2005, p.143).

A Educação de Adultos (EA) é uma tipologia de ensino, reconhecido como ensino de segunda oportunidade (Lima, 2008), que muito tem sido debatida e acompanhada de constantes mudanças, desde o século XX até à atualidade, momento em que se iniciou mais uma nova fase para a EA, tal como refere Lopes (2014, p.103) “[...] no início da segunda década do séc. XXI, está a abrir-se mais uma página da história da educação de adultos: os Centros Novas Oportunidade foram encerrados, estão a surgir novos centros de qualificação e reconhecimento das aprendizagens, os CQEP (Centros para a Qualificação e Ensino Profissional) [...]”.

Porém, continuam a ser questionadas algumas políticas no âmbito da Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), visto que ainda não estão bem definidos os seus novos caminhos, para que os indivíduos possam dar continuidade ao seu percurso pessoal e profissional (*idem*).

Assim, segundo Moacir (2009, p.17) “*A Educação de Adultos é reconhecida pela UNESCO como direito humano, estando ela implícita no direito à educação, reconhecida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, a começar pelo primeiro nível que é o da alfabetização*”, e ainda é vista enquanto “*espaço da diversidade e de múltiplas vivências, de relações intergeracionais, de diálogo entre saberes e culturas*”(idem). Portanto, a educação de adultos é fundamental para a superação da pobreza e da exclusão social, tal como refere o ICAE (Conselho Internacional para a Educação de Pessoas Adultas) no documento de incidências da sociedade civil (ICAE, 2009) “*a exclusão social não significa apenas a exclusão das oportunidades de aprendizagem, mas também a negação dos conhecimentos das pessoas*”.

A educação de adultos parece ser essencial para dar resposta ao desenvolvimento e evolução do século XXI e por outro lado, é vista como consequência de uma cidadania ativa e uma forma de igualdade e equidade de direitos na sociedade (Bento, 2010, p.4).

Assim, será que educar e formar adultos, na sociedade atual, contribuirá para o desenvolvimento pessoal, social, profissional e comunitários dos indivíduos? Que transformações poderão ter ocorrido na vida de alguns indivíduos do Concelho de Leiria após a realização do curso EFA? São estas as questões, que o presente estudo pretende dar resposta ao longo dos capítulos seguintes.

Capítulo I – Contextos e Políticas de Formação de Adultos

1. Escola e a sociedade

“ [...] a Escola Inclusiva, a Escola Aberta, Escola de Cidadãos, impõem-se como fundamento e horizonte tanto a nível marco como a nível micro das políticas e práticas educativas dos países ditos desenvolvidos.”

Melro & César (2002, p.175)

É importante reconhecer a escola como meio de educação para todos, tendo em conta as inúmeras diferenças e mudanças que nela existem, de modo a fomentar a inclusão social de todos os indivíduos, não esquecendo que este meio, tal como afirma Melro & César (2002, p.176) *“ [...] tem o dever de assegurar a qualidade e a equidade das aprendizagens [...]”*. Por outro lado, e não menos importante, é a extrema necessidade de permanecer em constante (re)atualização perante a realidade envolvente, satisfazendo as necessidades da sociedade em que ela está inserida perspetivando o desenvolvimento da mesma.

A sociologia da educação, neste contexto, tem uma visão fortemente crítica face ao sistema escolar e à forma como este se articula com o sistema social, destacando essencialmente o processo de reprodução das desigualdades sociais.

Esta área privilegia dois tipos de práticas, as de caráter pedagógico, que têm em conta a relação entre professores e alunos e as de caráter cultural, que têm em vista a relação entre as escolas e as sociedades, de onde são provenientes os alunos e as suas famílias (Silva, 1993). O mesmo autor considera necessário superar o fatalismo que em tempos decorria das análises estruturalistas, em que os alunos oriundos de famílias socialmente desfavorecidas estavam inevitavelmente condenados ao insucesso escolar.

Este âmbito da sociologia tem em linha de conta algumas ideias básicas, que podem terminar com as desigualdades entre indivíduos de distintas classes, assim segundo Silva (1994, p.1213) é imprescindível

“A dimensão emancipativa das práticas educativas, a associação entre qualificação dos recursos humanos e desenvolvimento económico ou a orientação da política educativa no sentido do favorecimento da redução

de desigualdades entre indivíduos e grupos sociais [...] reincorporadas e trabalhadas pela pesquisa propriamente sociológicas”.

Em 2004 o PNAPAE (Plano nacional de prevenção do abandono escolar) pretendia essencialmente, estagnar as saídas precoces de alunos dos processos de educação e formação. Contudo, também compete ao Estado combater as desigualdades, cumprindo os direitos humanos, permitindo que o sistema escolar se torne num meio de inclusão social dos grupos e indivíduos desfavorecidos.

Desta forma, a educação é um meio para a constituição da sociedade. Por outro lado, é crucial compreender a missão da escola perante as transformações sociais e culturais e as implicações que estas têm no processo educativo.

Conforme Bauman (citado por Paim e Nodari, 2012, p. 10) a escola em tempos:

“ [...] era aquela que educava para toda a vida. A escola era um espaço que tinha como propósito estabelecer a ordem. A formação dos indivíduos era responsabilidade de toda a sociedade, dos governos e do Estado, com vistas a formá-los para um comportamento correto e moralmente aceitável. [...] somente os professores eram capazes de fornecer esta formação para uma integração social [...] ”

No entanto, a escola de hoje assume outras características, outras funções, assim este meio adquiriu novos significados perante a atual situação social. Conforme Paim e Nordari 2012 p. 11) a escola da atualidade:

“ [...] passa agora a não ser a detentora do saber, pois as novas tecnologias oferecem as informações em um rápido espaço de tempo, no qual todos têm acesso ao “conhecimento”. Os professores perdem a autoridade sobre o domínio exclusivo dos saberes. A nova dinâmica do mercado passa a ter a autoridade, decidindo sobre as formações de opinião [...] ”.

Assim os indivíduos passam a dar mais importância às distintas oportunidades de experiências adquiridas através dos *media* (internet, televisão). No entanto, a ciência e a tecnologia, no contexto educativo, são um meio de crescimento socioeconómico e por consequência é imprescindível uma massificação das ofertas formativas, asseguradas pela escola de modo a alcançar o sucesso escolar, porém é fundamental referir que o

sucesso nas aprendizagens não depende somente do crescimento formativo, mas, também, do próprio meio escolar, da família, da realidade envolvente e do indivíduo, visto que estes subsistemas (indivíduo, família, escola e o meio envolvente) são necessários, pois a qualidade e a intensidade de interações, destes subsistemas determinam o abandono escolar precoce.

Contudo, conforme Huxley e Spencer (citado por DeBeor, 1991 in PNAPAE, 2004) é fundamental que o sistema educativo acompanhe a evolução dos outros sistemas sociais, nomeadamente o produtivo.

Dado que se têm registado no mundo científico, tecnológico e social complexas alterações, nomeadamente, no ensino secundário orientado para um tipo de formação mais seletivo, permitindo aos indivíduos aprendizagens autónomas, a integração de diversos aspetos da vida social, bem como a introdução das TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) nos processos educativos, fundamentais na aprendizagem ao longo da vida, sendo então necessário que a escola encontre respostas para esta nova realidade, onde o mundo da informação/comunicação está em constante crescimento. Assim é atribuído a este meio de ensino uma função de utilidade (obtenção de um diploma), integração (ligação dos alunos ao meio escolar) e vocação (realização dos seus gostos e vontades). A ausência destas funções não facilitará a inclusão dos indivíduos. Neste sentido, a escola é um meio importante no acompanhamento das mudanças educativas e sociais.

Em suma, a escola é necessária na educação de, e para todos, pois é nesta que os indivíduos começam a defrontar-se com a sociedade, sendo importante ter em conta que esta passa por contantes transformações, quer positivas, quer negativas, que afetam todos os indivíduos, assim a escola deve promover processos de educação que proporcionem o desenvolvimento de competências e saberes necessários à integração social e posteriormente, à integração no mercado de trabalho, que na atualidade, se tem deparado com inúmeras transformações, que exigem cada vez mais dos indivíduos, nomeadamente mão-de-obra qualificada.

No entanto, deve ter-se em linha de conta, a população adulta, pouco escolarizada, pois são estes que mais têm sentido as mudanças no setor laboral. Deste modo, para fazer face às baixas qualificações em Portugal, desde 2005, foram criadas

várias ofertas formativas, no âmbito da Educação de Adultos, tema que será tratado nos pontos seguintes.

2. Educação de Adultos

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou sua construção”

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”

Paulo Freire

Tomar como ponto de partida Paulo Freire, educador e pedagogo brasileiro, destaca-se pelos seus inúmeros trabalhos na área da Educação, mais precisamente na Educação Popular, que apelava para a importância dos processos de educação e formação de adultos, centrando-se, também, sobre questões da alfabetização deste público.

Para abordar o âmbito da Educação de Adultos (EA) é importante, primeiramente, definir o que é a educação recorrendo a algumas perspetivas teóricas. Segundo o Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (1998, p.11) esta área *“[...] surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social [...]”*. Sendo essencial no desenvolvimento contínuo das pessoas, bem como das sociedades, estimulando um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico de forma a reduzir a pobreza e exclusão social (*idem*).

Logo, a educação deve estar ao dispor dos indivíduos para assim poder favorecer o seu desenvolvimento absoluto, visto que a não existência da escola pode comprometer o desenvolvimento social, humano e económico.

Para Caride (1983 citado por Martins 2012, p.95) a educação é *“ [...] criadora de desenvolvimento tem influência tanto nas oportunidades individuais como grupais, impulsiona a mutualidade social, aperfeiçoa os cometimentos financeiros e fomenta o repartir da riqueza duma maneira mais equitativa [...]”* podendo ser um âmbito

apropriado para conseguir ultrapassar os obstáculos das comunidades subdesenvolvidas, amenizando situações de pobreza e falta de segurança social (*idem*).

Pode considerar-se que esta área é muito complexa e tem em vista supostos antropológicos, podendo entender-se como ação sobre o educando (formando, no caso da EA) ou até mesmo como adaptação dos indivíduos à sociedade onde se inserem.

Desta forma, a educação tem em conta quatro elementos, conforme afirma Bertrand (2001): o sujeito enquanto estudante (tem por base uma teoria personalista); os conteúdos (baseados em teorias académicas); a sociedade (baseada em teorias sociais) que têm em conta o meio envolvente e as interações pedagógicas (através de teorias psicocognitivas e sociocognitivas), nomeadamente o docente; e as tecnologias de comunicação.

Face ao exposto, a Educação de Adultos deve ser entendida no âmbito da Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV) - educação contínua, tendo como valor principal, tal como é referido no decorrer do trabalho, o desenvolvimento da educação para todos e que lhes possa possibilitar significativamente um investimento nas suas qualificações, que consigam acompanhar a constante transformação da sociedade contemporânea, fomentando uma cidadania ativa, a igualdade e equidade de direitos na sociedade. Neste sentido, a ALV tem um contributo primordial na EA.

A ALV é entendida por Siteo (2006, p.284) como “ [...] *toda a actividade de aprendizagem em qualquer momento da vida, com o objetivo de melhorar os conhecimentos, as aptidões e competências, no quadro de uma perspectiva pessoal, cívica, social e/ou relacionada com o emprego*”.

É de salientar que a ALV recusa uma visão fragmentada da escola, pois é entendida como uma preparação para a vida adulta face à educação pós-escolar entendida como compensação por um ensino escolar insuficiente, mas entendendo-a como conceito único integrador de todas as experiências, vivências e atividades durante a vida de um determinado indivíduo, estando incluídas as aprendizagens:

- Formais: no âmbito de instituições de ensino públicas ou privadas, associada a diferentes etapas de desenvolvimento, como é exemplo a escola, especificamente os professores;

- Não-formais: este tipo de aprendizagem não é providência no quadro do sistema educativo formal, não conduz à obtenção de um diploma ou certificado, no entanto, supõem uma intencionalidade por parte dos educandos/as e educadores/as, objetivos estruturados, horários definidos. Pode ser concretizada através de ações de formação, seminários...têm por objetivo o desenvolvimento de determinadas competências (sociais e cívicas), tendo como exemplo os educadores e/ou animadores socioculturais
- Informais: tudo o que aprendemos espontaneamente a partir do meio em que vivemos, das pessoas com quem nos relacionamos informalmente, da multiplicidade de experiências que vivemos no dia-a-dia. Este tipo de educação não é necessariamente organizada ou orientada, confunde-se com o processo de socialização dos indivíduos.

Exemplo: meio familiar, amigos

Neste sentido, a ALV tem uma estrutura mais flexível, comparativamente com a educação escolar que é mais institucional e inflexível na sua estrutura, sendo também mais categorizada. Portanto, este âmbito é percecionado enquanto formação e desenvolvimento contínuo de competências individuais que permitem, como foi referido anteriormente, o acompanhamento das transformações do mercado, tornando os indivíduos mais preparados para uma economia competitiva.

Deste modo, a EA enquanto atividade de aprendizagem ao longo da vida é segundo Moacir (2009, p.17)

“ [...]reconhecida pela UNESCO como direito humano, estando ela implícita no direito à educação, reconhecida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, a começar pelo primeiro nível que é o da alfabetização” é também vista enquanto “espaço da diversidade e de múltiplas vivências, de relações intergeracionais, de diálogo entre saberes e culturas” (idem).

Assim, para concluir, a EA tem um papel fulcral na formação dos indivíduos e na sua inclusão social na atividade laboral, principalmente para os mais desfavorecidos, pois permite um crescimento profissional, que por sua vez, possibilitar um

desenraizamento da pobreza, considerada também fator de exclusão social. Por outro lado, a melhoria da educação e formação de adultos traz vantagens no desenvolvimento coletivo. Portanto, a EA nos últimos tempos, em Portugal, tem sido centro de discussão política, sendo considerada uma resposta necessária aos desafios permanentes da atual sociedade.

2.1. Educação de Adultos em Portugal

“Observada a partir da revolução de 1974, a educação de adultos revela-se, ao longo das últimas três décadas, um campo profundamente marcado por políticas educativas descontínuas”

Lima (2008, p.31)

Vivemos num mundo em constantes mudanças que afetam o setor educativo, essencialmente no que diz respeito à problemática da EA (Educação de Adultos). Na década de 1970 um quarto dos portugueses eram analfabetos, sendo que já nos anos 60 a população universitária era diminuta (Lima, 2008). Porém, conforme refere Canário (2008, p. 13), neste mesmo ano a EA começou a demarcar o seu território nas práticas sociais e educativas a que “ [...] correspondem à Alfabetização, à Formação Profissional, à Animação Sociocultural e o Desenvolvimento Local” (Canário, 2008, p.14).

Nos anos 70 verificou-se mais uma mudança, consequência do relatório sobre a educação publicado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), surgindo o movimento da educação permanente, como ponto de partida na reorganização de todo o processo educativo, que possa promover o bem-estar dos indivíduos. Conforme afirma Canário (2008, p.88) o “ [...] processo educativo tem como ponto de referência central a emergência da pessoa como sujeito da formação e tem com base três pressupostos principais: o da continuidade [...], o da diversidade e o da sua globalidade” (idem).

Desta forma, é importante reformular e/ou modificar as políticas educativas por uma educação popular, permitindo conforme refere Lima (2008, p.33) um “ [...] compromisso social e de democratização das próprias políticas educativas”.

Assim, a EA foi evoluindo acompanhando todo um conjunto de transformações, sendo orientada por políticas irregulares de curto prazo, num âmbito que segundo expõe Lima (2008, p.32) “ [...] *sem tradição, eternamente adiado e em busca de um lugar no sistema educativo, a educação de adultos se transformou no sector mais crítico e problemático de um sistema de educação ao longo da vida em Portugal*”.

Para Dias (1984, citado por Silvestre, 2003, p.34) “ [...] *as políticas desenvolvimentistas têm feito da educação e da formação um meio e não um fim para o desenvolvimento*”.

Verificando-se então, a ausência de políticas desenvolvimentistas, efeito dos progressos da escolarização de massas, do aumento da produtividade e da competitividade económica, que por sua vez promoveram o desemprego e exclusão social, sendo então retirado ao Estado as suas responsabilidades, no que diz respeito à democratização da EA, desprotegida de todos os direitos sociais.

A partir dos anos 70 apareceram novos movimentos populares de âmbito cultural e ecológico, bem como iniciativas políticas sindicais e associativas, investindo na EA (Educação de Adultos) como processo social aliado à educação popular, que possibilitaram a expansão desta área, nomeadamente a nível da formação profissional.

Ainda neste ano, em 1979 é criado o PNAEBA (Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos) que previa a criação e instalação de um Instituto Nacional para a EA, a organização de uma rede de centros de cultura e de Educação Permanente, o desenvolvimento de Programas Regionais Integrados, a Alfabetização e Educação Básica Elementar.

Será importante salientar, que o plano teve como prioridade o campo da alfabetização e da Animação Sociocultural (ASC), tendo como ponto de partida a melhoria do ensino preparatório para adultos de forma a dar cumprimento ao estabelecido no plano.

Contudo, este ficou à quem das expectativas, devido às escassas condições estruturais e ao arrasamento político, administrativo e organizacional terminando com as suas ideias inovadoras, não escapando também, ao controlo burocrático.

A publicação da LBSE (Lei de Bases do Sistema Educativo) em 1986 veio dar outra organização ao sistema educativo português, tratando de forma diferente a EA, que conforme refere Lima (1988 citado por Nogueira 1996, p.117) “*O tratamento dado à Educação de Adultos é [...] sempre disperso e confinado a generalizações*”.

Já em 80 era notável o acentuado crescimento económico, consequência das sociedades industrializadas, que favoreciam por sua vez, o crescimento do mercado, apostando cada vez mais em novos investimentos de produtividade, que fomentaram significativamente uma elevada taxa de desemprego. Assim, neste cenário, o crescimento era visto como impulsionador do aumento da produtividade e do desemprego.

Portanto, seria imprescindível uma mudança de mentalidades e/ou paradigmas, que tal como afirma Melo (citado por Simões et al. 1996, p.22) é necessário “*Uma verdadeira revolução cultural [...]*” onde a sociedade seja, de certa forma mais aberta às novas realidades apresentadas no âmbito da educação, tendo em conta o sujeito com produtor e não como produto.

Assim, segundo afirma John Naisbitt (1984 citado por Melo 1996) as sociedades abertas devem integrar mudanças, passando da visão de uma sociedade industrializada para uma sociedade de informação, deixando de parte as perspetivas a curto prazo beneficiando as de longo prazo, deixando também as visões da ajuda mútua de parte promovendo ajuda institucional, sendo por isso importante o trabalho em rede.

Neste sentido, a EA (Educação de Adultos) é um âmbito que se encontra sempre ligado a uma sociedade aberta, perspetivando as mudanças que possibilitem de alguma forma, o bem-estar dos indivíduos baseando se primeiramente numa visão integradora.

Deste modo, as políticas públicas de educação deveriam centrar-se na escolarização da população adulta, favorecendo a alfabetização de muitos adultos com baixa literacia.

Surge assim neste contexto, como foi referido anteriormente, a educação popular que ao longo do tempo foi sofrendo infinitos ajustes, contudo foi começando neste ano a conhecer novos meios e matérias de reforço e legitimidade, embora mantendo algumas formas de trabalho e de mobilização social, bem como as suas técnicas participativas, sendo influenciada pela reforma do Estado- Providência, que usufruía de um apoio das

administrações educacionais públicas, difundindo uma educação que auxilie os indivíduos a gerirem as novas exigências que se apresentam, enquanto trabalhadores e cidadãos (Canário & Cabrito, 2008).

Porém, em Portugal, com a transição da visão de educação popular para a de gestão de recursos humanos, nas políticas educativas públicas, verificou-se que até hoje esta foi incapaz de terminar com a primeira.

No entanto, a educação é indispensável no desenvolvimento humano e social tal como para a modernização económica, mas este setor terá inevitavelmente de se confrontar e adequar à competitividade e à empregabilidade (Canário, 2008).

Portanto a EA é visto como uma educação de segunda oportunidade (ensino recorrente) interligada com uma perspetiva de modernização económica tendo por principal objetivo a produção de mão-de-obra qualificada. Esta área não é considerada uma disciplina científica, mas corresponde a movimentos sociais, que incentivam a alfabetização e inclusão de adultos na sociedade (Lima citado por Canário e Cabrito, 2008).

Já nos anos 90, após a publicação da LBSE a EA ficou a cargo da DGEE (Direção Geral de Extensão Educativa) que substituiu a DGEA (Direção Geral da Educação de Adultos) tendo como novas apostas a inovação curricular, no 1º ciclo de Ensino Recorrente de Adultos (com uma estrutura curricular que abrangia os domínios do Português, Matemática e Mundo Atual); no 2º ciclo de Ensino Recorrente de Adultos (com a reformulação do ensino noturno) tendo o ME (Ministério da Educação) apostado em duas respostas educativas – aos adultos e jovens que abandonaram prematuramente o ensino e que a ele queiram novamente regressar têm uma segunda oportunidade para obtenção da escolaridade obrigatória e o 3º ciclo de Ensino Recorrente de Adultos (é realizado por unidades capitalizáveis ou módulos, sendo mais flexível afastando-se da visão dos conteúdos por anos letivos) tal como o ensino secundário recorrente.

Portanto, a EA deve desenvolver-se, essencialmente, como campo de práticas educativas, contribuindo para a requalificação das relações entre a ação, formação e investigação, no âmbito das Ciências da Educação, sendo mencionado no relatório de Gérald Bogard em 1991, que a EA deveria demarcar-se como um sistema independente

e coerente permitindo aos adultos processos permanentes de ressocialização (Canário, 2008).

Por outro lado, nesta década o desafio é também, apostar nos domínios da qualidade, produtividade, inovação que beneficiem os indivíduos, no sentido de mais e melhor qualificação profissional permitindo o encontro de novos caminhos.

Encarando-se a formação profissional como ação contínua (formação profissional permanente e/ou aprendizagem ao longo da vida). Pois, no passado, as pessoas sem qualificações profissionais não eram impeditivas de empregabilidade, a atual realidade no mercado de trabalho já não se apresenta dessa forma, sendo imprescindíveis as qualificações profissionais para fazer face às exigências de mercado.

No entanto, é imprescindível ter em conta que o trabalho educativo deve centrar-se menos na aquisição de conteúdos e mais na compreensão do meio ambiente, e ainda a elaboração de esquemas adequados de ação (Canário, 2008).

Assim os novos centros devem apostar cada vez mais num ensino reforçado, sendo a educação fundamental, embora estes apresentem algumas falhas, têm com principais objetivos: o colmatar das desigualdades de oportunidades e o reforço da qualificação profissional, pois nem todos os indivíduos tiveram ao seu alcance a possibilidade de frequentar o ensino “normal” em tempo devido, logo os CQEP que anteriormente eram apelidados de Centros de Novas Oportunidades (CNO), vêm dar resposta a um conjunto de necessidades, visto que na sociedade dos dias de hoje é exigida cada vez mais a formação dos sujeitos como agente ativos de uma determinada sociedade.

Neste sentido, no término deste ano, os CQEP surgiram a partir da criação da ANEFA (Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos) que veio originar mais uma vez um conjunto de mudanças no que respeita à educação de adultos em Portugal, ate à atualidade, tendo como principal missão organizar e implementar as políticas de educação e formação profissional de jovens e adultos e garantir o desenvolvimento e gestão do sistema RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências).

É importante destacar um estudo realizado em 2001, neste âmbito, desenvolvido pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) a partir dos Censos, regista que nesse ano

aproximadamente três quartos da população portuguesa possui no máximo nove anos de escolaridade, sendo, também, revelado que Portugal é dos países com menor número de gastos na educação formal.

Estando associado aos baixos níveis de qualificação escolar e profissional dos adultos os novos desafios consequência das mudanças registadas nas últimas décadas, pondo em questão as aprendizagens tradicionais adquiridas desde o início do ciclo de vida, que geralmente eram consideradas suficientes para fazer face as necessidades de conhecimentos e competências dos anos vindouros, estando visível o fim das garantias de um trabalho estável para a vida, devido às investidas nas novas tecnologias de informação, a globalização e o crescente envelhecimento da população, tornando-se imprescindível a permanente atualização dos indivíduos.

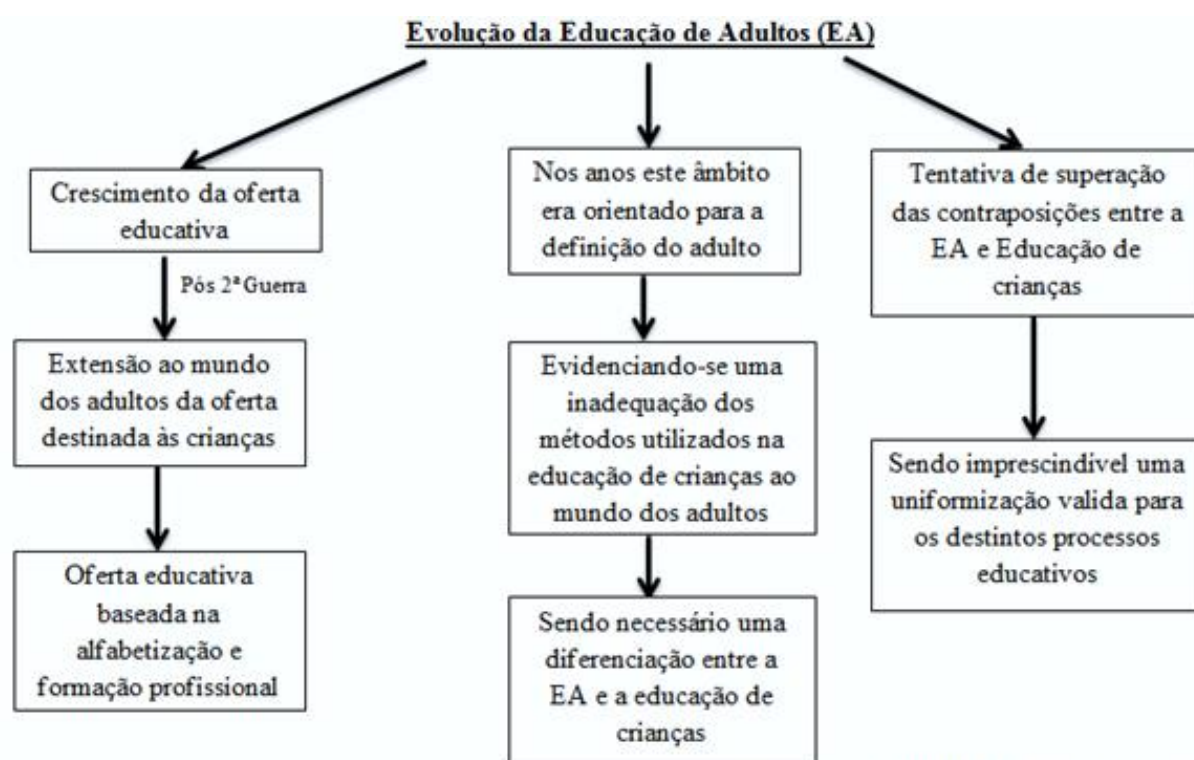
As mulheres jovens são menos escolarizadas comparativamente com os homens, no entanto elas estão mais disponíveis para a aprendizagem direcionada para aquisição de competências profissionais e em determinados contextos sociais, as entidades que ministram cursos EFA mencionaram que tinham dificuldade em trazer para esta tipologia de cursos homens. Assim as mulheres encontram-se em maioria nos cursos de formação de adultos. Os formandos dos EFA constituem uma população relativamente jovem, pouco mais de metade tem menos de 35 anos e cerca de 83% não excede os 44 anos, verificando-se um maior número de jovens dos 25 aos 34 anos e dos 35 aos 44 anos.

Por outro lado, após a realização de inquéritos aos ex-formandos, 29% afirmaram ter ingressado no sistema de ensino para prosseguir estudos e 12% tencionava fazê-lo no prazo máximo de dois anos, significando que não está terminado o processo de elevação de qualificações para estes formandos. Ainda neste inquérito foi possível apurar que apenas 15% dos que não tendo ingressado no sistema de ensino, nem frequentado ações de formação desde o término do curso até ao momento da inquirição, não pretendem igualmente vir a realizá-las nos próximos anos, sendo este na sua maioria adultos que já tinham saído do sistema de ensino há muitos anos, com percursos escolares nem sempre considerados de sucesso.

Neste inquérito o mais valorizado pelos ex-formandos foi a utilidade do curso tendo referido que este lhes possibilitou uma melhoria da autonomia, confiança e

capacidade de relacionamento com os outros, tendo 68% classificado o curso como muito útil e 30% com útil.

Assim, conforme Canário (2008, p.11) “ *Esta tradição da educação de adultos desenvolveu-se, após a revolução francesa, durante o século XIX e a primeira metade do século XX [...]* ”.



Fonte Canário (2008) Adaptação própria

Neste sentido, a Educação de Adultos, em Portugal, é um campo muito rico e de extrema necessidade, dado que o país apresenta baixos níveis de qualificação e certificação escolar das populações adultas, comparativamente com alguns países europeus. Assim é importante reforçar todo um conjunto de ofertas formativas destinadas à formação deste público, portanto para dar resposta a esta extrema necessidade de promover qualificações nos adultos. Ao consultar a ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional) podemos encontrar inúmeros ofertas, que permitem quer a jovens, quer a adultos, o aumento das suas habilitações escolares, como é exemplo os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) que descreveremos no ponto seguinte.

2.2. Cursos EFA

“ [...]o modelo formativo dos cursos EFA assenta numa abordagem por competências que procura avaliar as competências de cada adulto participante, reconhecê-las, validá-las e, posteriormente, incrementá-las por via da formação escolar e profissional”.

(Trindade et. al. 2007, p.181)

Os cursos de Educação e Formação de Adultos(EFA) despontaram em Portugal, no ano de 2000, promovidos pela ANEFA uma entidade pública integrada na administração indireta do Estado, subordinada aos Ministérios da Educação e Ciências (MEC) juntamente com o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS), em articulação com Ministério da Economia (ME) com autonomia administrativa, financeira e pedagógica no seguimento das suas funções. Tendo como missão organizar a execução das políticas de educação e formação profissional de jovens e/ou adultos e garantir o desenvolvimento e a gestão do sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC).

Neste sentido, segunda define a ANEFA os cursos EFA

“ [...]são uma oferta de educação e formação para adultos que pretendam elevar as suas qualificações. Estes cursos desenvolvem-se segundo percursos de dupla certificação e, sempre que tal se revele adequado ao perfil e história de vida dos adultos [...]”.

Portanto, esta tipologia de curso é um instrumento de operacionalização de uma nova geração de políticas de educação e formação de adultos, que apresenta distintos elementos inovadores: estando a cargo da Direção-Geral de Formação Vocacional a conceção e supervisão destes cursos. No entanto a implementação do seu modelo depende das entidades promotoras (de ensino público, particular ou cooperativo, IEFEP e outras entidades) qualificadas pelo Instituto para a Qualificação na Formação (IQF). A equipa é constituída por formadores, mediadores pessoais e sociais que desenvolvem o seu trabalho tendo por base um Referencial de Competências-Chave¹ em áreas distintas: Cidadania e Profissionalidade; Sociedade, Tecnologia e Ciência;

¹ Documentação de Apoio: Referencial de Competências- Chave – Nível Secundário (ANQEP): <http://www.anqep.gov.pt/default.aspx>

Cultura, Língua, Comunicação, existindo ainda três áreas opcionais que podem ser mobilizadas a partir das áreas de uma língua estrangeira (caso o adulto não detenha as competências exigidas neste domínio) - cf. com as tabelas 1, 2 e 3 alusivas aos Planos Curriculares EFA (Educação e Formação de Adultos), elaboradas e implementadas conforme é solicitado pela ANEQEP.

Tabela 1 – Planos curriculares dos Cursos EFA (1)

Planos curriculares dos Cursos EFA - Percursos formativos B1, B2, B1+B2, B3 e B2+B3
Durações máximas de referência (em horas) (a)

Percurso formativo	Condições mínimas de acesso	Componentes de formação			Total
		Aprender com Autonomia	Formação de base (b)	Formação Tecnológica (b)	
Cursos EFA relativos ao 1º ciclo do ensino básico					
B1	< 1º ciclo do ensino básico	40	400	350	790
Cursos EFA de nível 1 de qualificação do quadro nacional de qualificações					
B2	1º ciclo do ensino básico	40	450 (c)	350	840
B1 + 2	< 1º ciclo do ensino básico	40	850 (c)	350	1240
Cursos EFA de nível 2 de qualificação do quadro nacional de qualificações					
B3	2º ciclo do ensino básico	40	900 (c)	1000 (*) (d)	1940
B2 + 3	1º ciclo do ensino básico	40	1350 (c)	1000 (*) (d)	2390
Cursos EFA relativos ao 1º ciclo do ensino básico ou ao nível 1 ou ao nível 2 de qualificação do quadro nacional de qualificações					
Percurso Flexível a partir de processo RVCC (b)	< 1º ciclo do ensino básico	40	1350 (c) (e)	1000 (*) (d) (e)	(e)

Tabela 2 – Planos curriculares dos Cursos EFA (2)

Planos curriculares dos Cursos EFA - Percursos formativos S3, tipos A, B ou C

Durações máximas de referência (em horas) (a)

Percurso formativo	Condições mínimas de acesso	Componentes da Formação				Total
		Formação de base (b)	Formação tecnológica (b)	Formação prática em contexto de trabalho (c)	Portefólio Reflexivo de Aprendizagens (d)	
S3 - Tipo A	9º ano	550 (e)	1200 (*)	210	85	2045
S3 - Tipo B	10º ano	200 (f)	1200 (*)	210	70	1680
S3 - Tipo C	11º ano	100 (g)	1200 (*)	210	65	1575
Percurso flexível a partir de processo RVCC (b)	< ou = 9º ano	550 (h)	1200 (*) (h)	210	85	(h)

Tabela 3 – Planos curriculares dos Cursos EFA (3)

Planos curriculares dos Cursos EFA - Percursos formativos S, tipos A, B ou C

Durações máximas de referência (em horas)

Percurso formativo	Condições mínimas de acesso	Componentes de formação		Total
		Formação de base (a)	Portefólio Reflexivo de Aprendizagens (b)	
S - Tipo A	9º ano	1100 (c)	50	1150
S - Tipo B	10º ano	600 (d)	25	625
S - Tipo C	11º ano	300 (e)	15	315
Percurso flexível a partir de processo RVCC (a)	< ou = 9º ano	1100 (f)	50	(f)

Portanto, é permitido aos adultos a aquisição de uma certificação escolar com equivalência ao 1º, 2º e 3º ciclo do ensino básico, juntamente com uma certificação profissional de nível I ou II. Desta forma, tal como menciona a Comissão Europeia, 2000 (citado por Trindade et al. 2007, p.181)

“Trata-se de, na fase inicial do processo, valorizar as competências que os adultos menos qualificados escolar e profissionalmente adquirem através de aprendizagens formais [...] resultantes de acções de formação profissional certificadas mas não qualificadas; aprendizagens não formais, normalmente não intencionais, originadas por actividades desenvolvidas no quotidiano”.

Estes cursos de formação também disponibilizam um módulo de formação intitulado de “Aprender com Autonomia” que pretende que os formandos aprendam a aprender, proporcionando o desenvolvimento da capacidade de realizar auto-formação e auto-aprendizagem em vários contextos, desde a gestão dos seus próprios projetos de vida e ainda o aperfeiçoamento das suas competências pessoais e sociais.

Para possibilitar que os formandos aumentem ou reforcem um combinado de competências profissionais é integrado nesta tipologia de cursos uma vertente de formação profissionalizante, que conforme refere Trindade et. al. (2007, p.182-183) permitirá a obtenção de um conjunto de conhecimentos, tais como

“ [...] aquisição de recursos (... saber fazer, qualidades, cultura, evolução comportamental...) para agir com pertinência; desenvolvimento de capacidade de reflexividade e de transferência. Para além de saber fazer, o indivíduo deve saber descrever como e

porque que é que o faz de determinada forma; avanço na construção de uma identidade profissional. Dá-se quando o profissional dá sentido às competências que adquire aumentando a sua empregabilidade”.

A centralidade dos cursos a EFA, quanto aos formandos desfavorecidos (em situação de desemprego) tem um lado positivo devido ao facto de estar a trazer para o sistema de educação e formação um conjunto alargado de pessoas que estavam afastadas há muito tempo de processos de qualificação escolar e profissional e de experiências laborais.

É importante referir que só os candidatos com idade superior ou igual a 23 anos podem frequentar os Cursos EFA de nível secundário ministrados em regime diurno ou em tempo integral.

Por outro lado, a certificação de nível básico destes cursos permite o prosseguimento de estudos através da mesma tipologia de curso, mas de nível secundário ou através do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC). Quanto a certificação resultante de um EFA de nível secundário permite também o prosseguimento de estudos através de um Curso de Especialização Tecnológica (CET) ou de nível superior, consoante as condições delimitadas na Deliberação nº1650/2008, de 13 de Junho, da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior, ou ainda nos termos do Decreto-Lei nº 64/2006, de 21 de março -acesso ao ensino superior por maiores de 23 anos (conforme o disposto na Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP).

Em suma, os cursos EFA podem ser uma mudança substancial nas rotinas do quotidiano, fazendo com que os formandos perspetivem as suas vidas e o futuro com uma atitude otimista e dinâmica, devido às exigências associadas à sua participação neste processo de formação.

Capítulo II – Exemplos de Práticas Educativas na Formação de Adultos em Portugal

1. A Alfabetização de Adultos

“Aalfabetização é um direito humano e as bases para a aprendizagem ao longo da vida. Capacita indivíduos, famílias e comunidades e melhora a sua qualidade de vida. Por causa de seu "efeito multiplicador", a alfabetização ajuda a erradicar a pobreza, reduzir a mortalidade infantil, conter o crescimento populacional, a alcançar a igualdade de género e assegurar o desenvolvimento sustentável, a paz e a democracia”

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)²

As vastas investigações, relativas à alfabetização, apresentam análises críticas ao sistema educativo identificando como um dos problemas principais o do analfabetismo, em que a relação direta com a educação de adultos é visível.

O Seminário Internacional da UNESCO, sobre alfabetização, em Hamburgo em 1991, teve como objetivo identificar as linhas de força da alfabetização. Foi possível perceber que a alfabetização é um meio imprescindível para a justiça e igualdade social.

O conceito de alfabetismo conforme afirma Canário (1999 citado por Ferreira 2012, p.11) é determinado por várias situações caracterizadas por distintos aspetos, os analfabetos literais (adultos que nunca aprenderam a ler e a escrever) - não foram escolarizados; os semianalfabetos (escolarizados durante determinado período, embora a curto prazo); os analfabetos regressivos (indivíduos que esqueceram o que aprenderam) e o analfabetismo linguístico (caracteriza-se pela imigração, caracterizando-se pela incapacidade de utilizar a língua dos país de acolhimento).

Paulo Freire contribuiu significativamente para a Alfabetização de Adultos, baseado numa conceção de educação como prática de liberdade, defendendo que o educador deve ser promotor de interações mútuas entre formandos e formador,

²<http://www.unescoportugal.mne.pt/pt/a-unesco.html>

colocando de parte a sua função de comunicador (passa informação), que os educandos recebem, memorizando-a mecanicamente e repetindo-a, onde a palavra tem uma função esvazia da dimensão concreta, ou seja transforma-se em “palavra oca”, não transmitindo qualquer tipo de significado para o formando, sendo também a palavra considerada mais som do que significado (Freire citado por Ferreira 2012).

Freire defende, por isso, que o homem deve ser sujeito da sua própria história afirmando que “ [...] o Homem é uma ser com raízes temporais e espaciais: vive numa época precisa, num lugar preciso, num contexto social e cultural preciso [...] ”deixando de parte a visão do Homem com produto, mas produtor de conhecimento na sociedade.

Assim, a alfabetização e a EA não podem ser consideradas como finalidade, devendo pelo contrário, centrar-se nas necessidades sociais, nas motivações e nas aspirações dos indivíduos, portanto é atribuído ao sujeito a principal função no processo da sua própria alfabetização.

Como disse René Maheu (citado por Gouveia 1996, p.279) “*Só com Paulo Freire se compreendeu que: Alfabetizar é mudar a consciência de homem, mudando a sua relação com o seu meio*”.

Segundo um estudo realizado entre 1987 e 2000, por Maria Esteves (citado por Silva 1990, p.56-59), Portugal tinha uma taxa de analfabetismo muito elevada, comparando com outros países europeus, atingindo principalmente as mulheres e os idosos, sendo observável no mesmo estudo a sua incidência em todos os distritos mostrando que os menos desenvolvidos são os adultos do interior rural e do Continente, exceto Aveiro, Braga, Coimbra, Leiria, Lisboa, Porto e Setúbal.

Em suma, a alfabetização é fundamental na aquisição de conhecimentos, pelos indivíduos, para que estejam actualizados de toda a realidade envolvente, que nos dias de hoje tem vindo a exigir cada vez mais saberes, que lhes permitam interagir com os outros de forma mais segura e informada, tornando-os capazes de encarar o mundo, contribuindo de forma significativa para sua inclusão social e participação ativa na sociedade, visto que são agentes importantíssimos para estimular o desenvolvimento comunitário.

2. O Desenvolvimento Comunitário

“[...] vivemos num mundo em que o empobrecimento cresce em todas as sociedades, mesmo as mais ricas; um mundo onde triunfam as desigualdades entre os homens e as mulheres, entre os países do Norte e do Sul, onde os jovens e os mais idosos, entre as cidades e o campo, um mundo que consome o laço entre os humanos e a natureza [...]”

Nunes (2008, p.1)

O desenvolvimento comunitário(DC) é um processo, de extrema importância para solucionar os problemas com que se deparam muitas das sociedades, principalmente as mais desfavorecidas, que manifestam grande dificuldade de coesão social, impeditiva da construção de uma cidadania ativa e incapaz de criar sinergias no envolvimento das populações.

Conforme Silva (1962) o desenvolvimento comunitário é definido enquanto:

“ [...] uma técnica pela qual os habitantes de um país ou região unem os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorarem a situação económica, social e cultural das suas colectividades, de associarem essas colectividades à vida da Nação e de lhes permitir que contribuam sem reserva para os progressos do País”.

Deste modo, o DC também pode ser visto enquanto forma de intervenção social, pois deve proporcionar o aumento do desenvolvimento socioeconómico das sociedades, para que estas possam satisfazer as suas necessidades, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida, no entanto é importante ter em conta todo o conjunto de princípios deste processo de intervenção social:

- Princípio das necessidades sentidas, que pretende que todos os projetos de desenvolvimento comunitário tenham em linha de conta, essencialmente, as necessidades de toda a comunidade;
- Princípio da participação, é fulcral o envolvimento da comunidade, pois sem a participação ativa da comunidade, não é promovido o seu desenvolvimento;
- Princípio da cooperação (entre o setor público e privado);

- Princípios da auto-sustentação, todos os processos de mudança devem ser equilibrados, a fim de evitar ruturas;
- Princípios de universalidade, os projetos só têm sucesso se o desenvolvimento da comunidade for global (Carmo, 2011)

Em suma, o desenvolvimento comunitário, pressupõem uma atuação ativa sobre as realidades de cada comunidade (sociedade), sendo necessário que esta se responsabilize por toda a transformação social, porém para que tal aconteça é essencial a intervenção de agentes especializados, tais como animadores socioculturais, como será discutido seguidamente no ponto 3, estes podem dar um contributo significativo no desenvolvimento integral da comunidade onde intervém, visto estes profissionais trabalharem, sobretudo, no sentido da intervenção social.

3. A Animação Sociocultural

“ [...] a animação sociocultural parte de uma atitude de não indiferença face aos problemas e necessidades de uma dada comunidade, da sua hierarquização em ordem à sua resolução no quadro do bem comum e do bem particular de cada um dos membros da mesma comunidade [...]”

Autor Desconhecido

A Animação como prática educativa da Educação de Adultos (EA), dá importância a uma educação e formação que sejam transformadoras e comprometidas com valores como a igualdade, a justiça social baseadas na participação ativa, por isso a cidadania é cada vez mais um processo participante, a participação dos indivíduos na sociedade é um contributo fundamental no contexto sociocultural.

A Animação Sociocultural (ASC) surge, assim, com um dos movimentos de educação popular. Ou seja, estes nasceram como uma espécie de rutura traumática entre as mensagens da escola convencional/tradicional e os princípios da pedagogia moderna que enfatizava a atividade didática, a socialização e a individualidade, a personalização e os ritmos individuais de aprendizagem, a dinâmica de grupos e a participação nos modelos de investigação na aula. Assim, aparece como um movimento social de reivindicação cultural, lutando para que se reduzam as desigualdades baseadas nas origens sociais/económicas.

Na segunda metade do século XIX e início do século XX, desenvolvem-se estruturas sindicais e partidos operários que pretendem fazer valer os direitos do operariado face às condições de sobre-exploração do capitalismo triunfante. Organizando-se com base nas ideias anarquistas, depois socialistas e, finalmente comunistas, os militantes operários dão origem às primeiras técnicas de animação, no sentido de mobilizarem as classes operárias na luta contra o capital. Em 1936, na França, surge pela primeira vez entre os trabalhadores o dilema da ocupação dos tempos livres. Esta é a primeira fase de afirmação de um perfil de Animador Sociocultural, de carácter militante e primordialmente abnegado e não remunerado, guiado por ideias desinteressadas de emancipação social, de promoção da autonomia e estimulado pelo desejo de promover a mobilização e a ação de massas de trabalhadores na luta pelos seus direitos.

Após o fim da 2ª Guerra Mundial, desenvolve-se o segundo perfil de militante de animação, com um carácter mais profissional, sendo os projetos e atividades de animação financiados pelos governos e câmaras municipais, o que possibilitou o nascimento de Centros Culturais ou de Animação Social em inúmeras áreas suburbanas, como forma de ultrapassar os limites lúgubres da vida nesses locais, onde o crime e a marginalidade dominavam.

A partir dos anos 70, agravam-se as tensões sociais nas zonas suburbanas deprimidas, renascendo movimentos fascistas contrários à animação como processo de informação e integração social.

Segundo a UNESCO, na animação sociocultural evidencia-se a importância da animação como um processo que motiva a participação ativa da população levando os indivíduos a construir o seu desenvolvimento a nível social, cultural, educativo e até mesmo económico.

Apoiando-se nas organizações locais, a animação sociocultural tem como objetivo primordial a promoção do desenvolvimento social através da realização de projetos culturais.

Pode concluir-se que a ASC, é imprescindível na vida de todo o ser humano, desempenhando no quotidiano um papel fundamental no indivíduo. Desta forma, a ASC conforme Lopes et. al. (2010, p.80) é “ [...] uma metodologia de intervenção ao serviço do desenvolvimento no sentido de tornar as pessoas vivas, autónomas e protagonistas do seu próprio desenvolvimento”.

Por fim, a ASC é então vista com uma atividade educativa que dá resposta às mudanças sociais, o que faz desta uma forma de intervenção estratégica no que respeita ao desenvolvimento social, cultural e local do mundo, ou seja, uma perspetiva que vai ao encontro da temática deste investigação quando se pretende perceber se a formação de alguns adultos incute transformações e se contribui para o desenvolvimento desses indivíduos e de que forma. O capítulo seguinte pretende apresentar os dados empíricos e responder às questões investigativas apresentadas na introdução.

Capítulo III – Metodologia, instrumentos e procedimentos

1. Metodologia

Este estudo de caso que pretende perceber se a frequência dos cursos EFA contribui para o desenvolvimento pessoal e social do indivíduo e em que medida, usou o que Clara Coutinho (2011) designa de integração metodológica, ou seja, por um lado uma perspetiva mais quantitativa, por outro, uma vertente mais qualitativa. Ainda que o grande enfoque seja dado às técnicas qualitativas, entendidas enquanto processo de reflexão, muito aprofundado, em que o investigador realiza uma pesquisa no terreno, para poder obter um conjunto especificado de informação, tendo em conta a pesquisa científica realizada, permitiu descrever a natureza da realidade social a estudar, e ainda as sugestões epistemológicas que dão a possibilidade do investigador compreender as realidades (Denzin, 1994 citado por Aires 2011).

Neste estudo de caso, que não tem a preocupação com a generalização dos dados, pretende-se conhecer, a partir de uma entidade formadora do Concelho de Leiria que ministra ou ministrou cursos EFA, alguns ex-formandos certificados e perceber a importância desta formação no seu percurso de vida. Para esta investigação recorreu-se aos inquéritos por questionários e a entrevistas semiestruturadas, a partir das quais se procedeu à análise de conteúdo.

1.1. *O Inquérito por Questionário*

O questionário é uma técnica que tem como objetivo apurar as opiniões dos inquiridos, possibilitando de alguma forma atingir um maior número de inquiridos, permitindo que estes respondam numa fase que achem mais conveniente e não influencie as respostas dos inquiridos às questões, permitindo que o investigador desempenhe uma função mais neutra, se é que isso é possível?

Assim, o questionário é definido segundo Gil (1995, p.128) “[...] *como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.*”

Nesta tipologia de inquérito, no que diz respeito às suas questões, estas podem ser fechadas, os inquiridos respondem a um conjunto de alternativas previamente elaboradas pelo investigador em cada questão e nas questões abertas é dado aos inquiridos a possibilidade de escrever as suas respostas livremente, sem qualquer limitação.

Para o investigador conseguir perceber se a sua entrevista foi bem elaborada é imprescindível a realização de um pré-teste, que permite detetar possíveis falhas na redação do mesmo, sendo que este deve ser aplicado a uma pessoa pertencente à população investigada. Portanto, segundo Gil (1995, p.137) “[...]o pré-teste deve assegurar que o questionário esteja bem elaborado, sobretudo no referente a: clareza e precisão dos termos; forma de questões; desmembramento das questões; ordem das questões e introdução do questionário”.

1.2. O Inquérito por Entrevista

A entrevista é uma técnica que possibilita a recolha de dados, permitindo apurar informações sobre o que os entrevistados sabem, pensam e perspetivam. Desta forma, a entrevista pode ser assumida enquanto forma de interação social entre o investigador e entrevistado, e vice-versa. Que segundo Bogdan e Biklen (1994) a apelidam de investigação qualitativa, pois todos os dados recolhidos são de carácter qualitativo “[...] ricos em pormenores descritivos relativamente às pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico” (idem p.16). Quanto às questões a investigar, estas são formuladas com o objetivo de pesquisar a complexidade de fenómenos, assim para Gil (1995, p.117) a entrevista é “[...] a técnica em que investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessa à investigação”.

Este tipo de investigação não é praticada tendo em conta essencialmente a resposta a questões previamente elaboradas, mas privilegia a compreensão dos comportamentos partindo da perspetiva dos indivíduos da investigação, portanto as estratégias mais significativas da pesquisa qualitativa são a observação participante e a entrevista em profundidade ou semiestruturada, para que assim o investigador possa conhecer melhor o entrevistado, elaborando um registo escrito e sistémico de tudo o que observa e ouve, podendo a informação que aqui é recolhida ser complementada com

outros dados apurados (Bogdan e Biklen, 1994). E foi este tipo de entrevista (semiestruturada) que aqui se privilegiou, pois a partir de tópicos ou temas previamente formulados no guião permite uma conversa, entre entrevistador e entrevistado, e incita o entrevistado a convocar a sua memória de uma forma reflexiva, dando resposta a temas geradores da conversa.

Para Fernandes (1991) na investigação qualitativa (entrevista) não se coloca o problema da validade e fiabilidade dos instrumentos, existindo assim uma possibilidade de gerar boas hipóteses de pesquisa devido às observações minuciosas que nesta tipologia de pesquisa o investigador pode realizar, permitindo identificar variáveis de relevância para o estudo que não são facilmente detetadas através dos métodos de investigação quantitativos (questionários).

Portanto, a partir de um cruzamento metodológico, quantitativo-qualitativo, a recolha de dados baseou-se, primeiro, num inquérito por questionário, a entidades que lecionam cursos EFA em Leiria, no presente ano letivo 2014/2015 e em anos anteriores. Posteriormente, e a partir da análise dos questionários aplicados às entidades, selecionou-se uma entidade formadora, a NERLEI, com o objetivo de conhecer alguns ex-formandos usando, para isso, as entrevistas semiestruturadas. No entanto, e devido à indisponibilidade de algumas pessoas, para além das entrevistas semiestruturadas individuais realizou-se um inquérito por questionário aos formandos que não puderam conceder as entrevistas individuais, tal como será explicado no ponto seguinte.

Em suma, da lista cedida pela NERLEI indicando 20 ex-formandos que tinham realizado o último curso EFA, conseguiu-se entrevistar 3 e aplicar o inquérito por questionário (via telefone) a 9 pessoas, tendo no total colaborado na investigação 12 formandos do curso EFA. É de salientar que dos 20 formandos, a maioria é do género feminino (18) e somente dois formandos do género masculino, dos quais não foi possível estabelecer contacto, por indisponibilidade dos mesmos.

Capítulo IV- Apresentação e discussão dos resultados

1. Análise dos Inquéritos por Questionário

1.1. Entidades

O inquérito por questionário³, foi criado no Google Forms enviado por *email* para cada uma das entidades contactadas que ministram no presente ano (2014/2015) ou que ministraram em anos anteriores cursos de educação e formação de adultos (EFA). Portanto este foi um dos objetivos iniciais da investigação, pretendendo numa fase seguinte conhecer as perspetivas dos coordenadores(as), formadores(as) e formandos(as) quanto a este tipologia de curso e/ou ensino.

É importante referir, que numa fase inicial, foi elaborada uma listagem de todas as entidades da cidade de Leiria que disponibilizam formação para adultos, para seguidamente estabelecer contacto com as mesmas.

Após o contacto com todas as entidades, foi possível verificar que apenas quatro lecionam ou já lecionaram cursos EFA: o **ISLA** (Instituto Superior de Línguas e administração de Leiria); o **IEFP** (Instituto de Emprego e Formação Profissional – Serviço de Formação Profissional de Leiria); a **Conclusão, Lda** e a **NERLEI** (Associação Empresarial de Leiria), estando estas localizadas, tal como referido anteriormente, na cidade de Leiria.

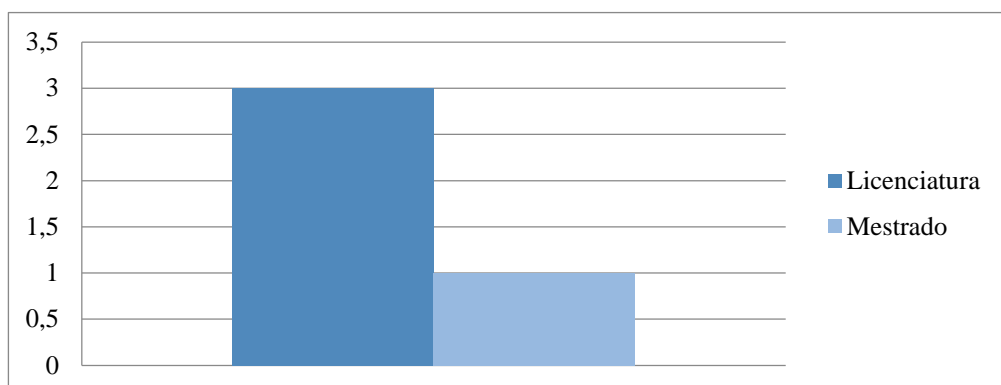
³Link do Inquérito por Questionário enviada às entidades: https://docs.google.com/forms/d/1tb-FRSVphdeHorZkRftsdWrYvYeRv-Tk5MzwOFImjAM/viewform?usp=send_form

Quadro 1 – Entidades que disponibilizam formação para adultos

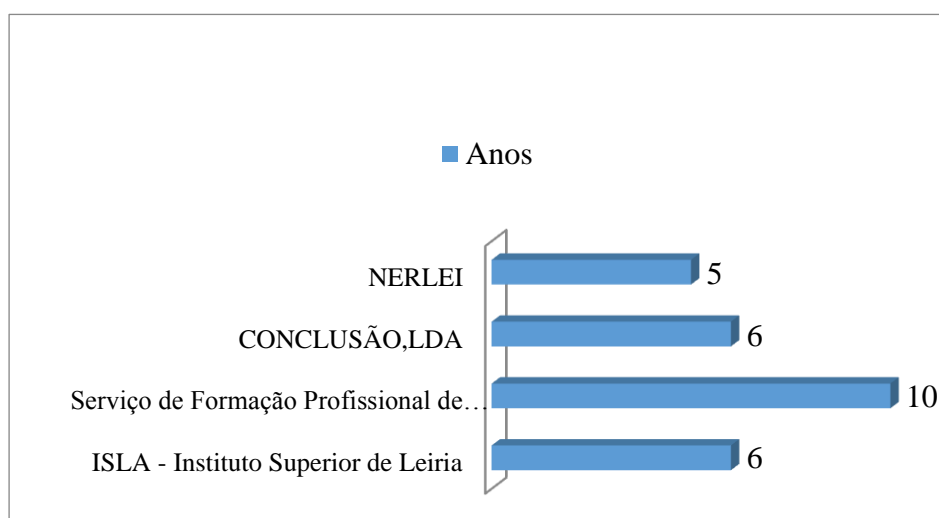
Entidades	Lecciona Cursos EFA no presente ano		Já Lecionou
	SIM	NÃO	
IEFP (Serviço de Formação Profissional de Leiria)	X		
NERLEI		X	2013/2014
E Profissional Leiria (Fundação EP Leiria)	Nunca ministrou cursos EFA, só cursos profissionais		
Plaforma		X	Há dois anos
Master D		X (Só ministram formação sem qualquer tipo de equivalência)	
Destinos Práticos, Lda		X	Não
Conclusão – Estudos e Formação Lda		X	Só em 2008/2009
Spellone		X (Só ministram formação na área da diatética)	
ISLA		X	Entre 2008 e 2012

Instituição de Formação	Local de Funcionamento
ISLA - Instituto Superior de Leiria	Leiria
Serviço de Formação Profissional de Leiria	Leiria
CONCLUSÃO, LDA	Vários
NERLEI	Leiria

Quanto à formação académica dos inquiridos (cf. Gráfico 1), responsáveis pelos cursos EFA, são maioritariamente licenciados (as) em áreas como Gestão de Empresas, Serviço Social e Sociologia, existindo apenas um(a) responsável com mestrado em Educação e Formação de adultos.

Gráfico nº1– Formação académica do responsável pelos cursos EFA

Quanto ao tempo que estas quatro entidades ministram cursos EFA, o IEFP é o que ministra há mais anos, 10 enquanto as restantes há 5, tal como a NERLEI, e há 6, o ISLA e a Conclusão, Lda. (cf. Gráfico 2).

Gráfico nº2– Os EFA nas entidades formadoras

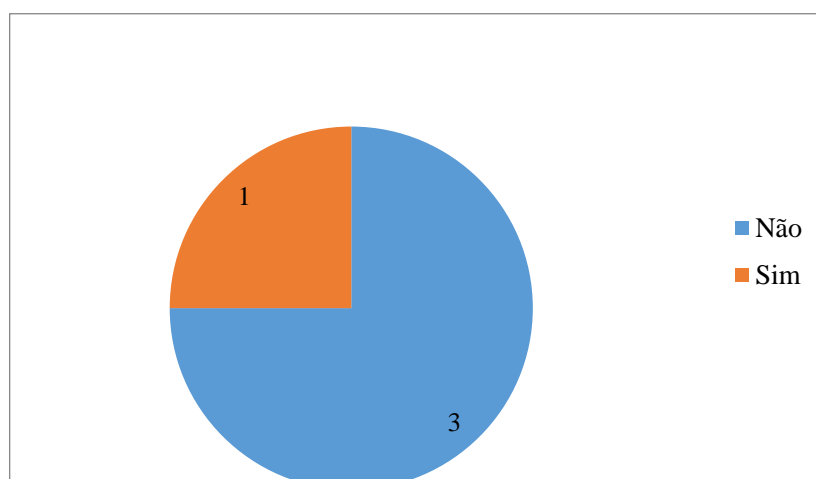
Quando questionados, relativamente à média das certificações emitidas em cursos EFA, apurou-se cerca de 425 formandos certificados, de salientar que uma entidade apresenta maior número de certificações face às restantes. Esta entidade é, também, aquela que ministra há mais tempo, o IEFP.

Quadro 2 – Número de formandos já certificados

ISLA -Instituto Superior de Leiria	65
Serviços de Formação Profissional de Leiria	Cerca de 1500
CONCLUSÃO,LDA	>50
NERLEI	Aproximadamente 85

As áreas com maior número de certificações são: o Trabalho Social e Serviço de Apoio a Crianças e Jovens. Estando em menor número as formações na área da Segurança e Higiene no Trabalho, Hotelaria/Restauração, Metalurgia e Metalomecânica, Energias Renováveis, Construção, Comércio e Administrativos.

No presente ano letivo (2014/2015) apenas uma entidade está a lecionar cursos EFA (cf. Gráfico 3), decorrendo 21 ações em diversas áreas, sendo frequentadas por cerca de 440 formandos (as). As restantes três entidades já lecionaram nos anos anteriores, não estando a decorrer no presente formações desta natureza.

Gráfico nº 3–N.º entidades que lecionam cursos EFA no ano letivo 2014/2015

Para além dos cursos de educação e formação de adultos, questionámos se ministram outras tipologias de formação destinadas a este público, apenas três entidades

responderam a esta questão, indicando que dispõe de outras formações, nomeadamente modulares certificadas, o IEFP (Serviço de Formação Profissional de Leiria) e a NERLEI, bem com licenciaturas e pós graduações, no caso do ISLA (cf. quadro 3).

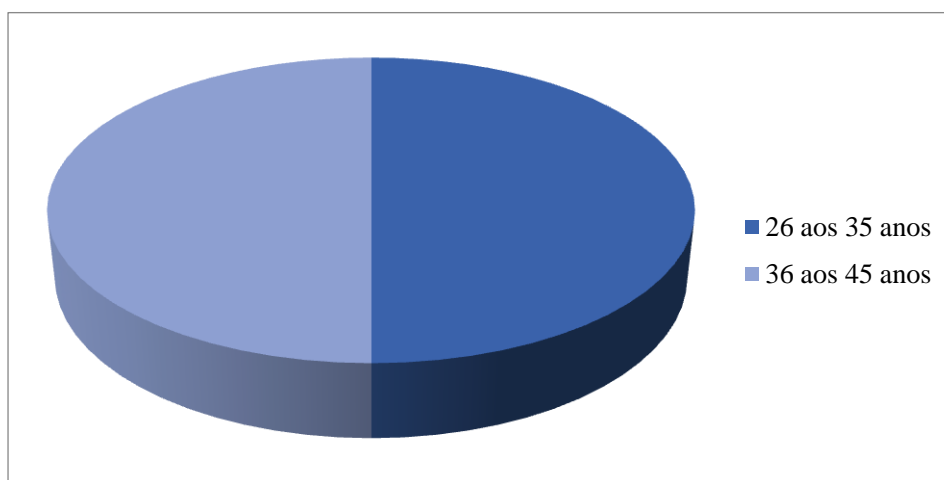
Quadro 3 – Outras tipologias de formação

Outros tipos de formação destinada a adultos	
ISLA - Instituto Superior de Formação de Leiria	Licenciaturas, Pós-Graduações, outra formação profissional
Serviços de Formação Profissional de Leiria	Formação Modular Certificada, Português para Estrangeiros, Formação em Competências Básica, CET's
CONCLUSÃO,LDA	Não respondeu
NERLEI	Formação Modular Certificada

No que respeita, aos contributos que os cursos EFA podem trazer parao(a)s formando(a)s foi considerado, por três entidades, que esta tipologia de formação é uma possibilidade de melhoria das qualificações escolares, proporcionando integração no mercado de trabalho, permitindo também a aplicação dos conhecimentos adquiridos no decorrer da formação em contexto de laboral, ou seja uma qualificação para o desempenho de uma profissão. Uma das entidades não deu resposta à questão.

Relativamente à idade dos (as)formandos (as) que frequentam os EFA apurámos que tem entre 26 e 35 anos e entre os 36 a 45 anos (cf. Gráfico 4).

Gráfico n° 4- Média de idades dos alunos



Em síntese...

Das quatro entidades contactadas, apenas uma está a ministrar cursos EFA no presente ano letivo 2014/2015, o IEFP. Quanto às restantes entidades só ministraram esta tipologia de curso em anos anteriores, durante 5/6 anos. Desta forma, o IEFP tem o maior número de certificações, cerca de 1500, as restantes entidades no total certificaram, entre os 200 e os 250 formandos/as.

As áreas onde se registam maior número de certificações são no âmbito do trabalho no setor terciário, como a área da educação, estando em menor número as áreas ligadas ao setor secundário, nomeadamente a construção, produção e transformação de energias.

Contudo estas entidades oferecem outras tipologias de formação, nomeadamente de nível superior, no caso do ISLA, com licenciaturas e pós-graduações. O IEFP tem as suas ofertas, essencialmente destinadas a adultos, jovens e pessoas com deficiências e incapacidades. Quanto à NERLEI também tem ofertas formativas para jovens e adultos, como os cursos EFA e ainda formações modulares certificadas.

Quando questionadas, relativamente aos benefícios que esta tipologia de formação tem para os/as formandos/as a maioria mencionou que permite a aquisição de mais qualificação escolar e conhecimentos, havendo então uma possibilidade mais alargada de ofertas de emprego.

Desta forma, a formação de adultos pode ser um meio de extrema relevância na vida pessoal, profissional e comunitária de muitos/as formandos/as, dado que ao longo deste processo de aprendizagem adquirem diversificados saberes que lhes permitem o desenvolvimento de várias competências, no entanto é indispensável criar condições para a aquisição das mesmas, tal como afirma (Santos, p.29) *“Na educação/formação de adultos está em causa a criação de condições para o desenvolvimento de outras competências dos próprios sujeitos no que se convencionou chamar “Aprendizagem ao longo da vida”*.

1.2. Apresentação dos intervenientes no estudo

Depois do inquérito por questionário, implementado às quatro entidades, foi selecionada apenas uma, a NERLEI (Associação Empresarial da Região de Leiria), para poder dar continuidade à investigação.

A NERLEI disponibilizou-se a colaborar na investigação, indicando o número de formandos certificados com EFA e disponibilizando uma lista com os que terminaram em 2013, um EFA na área de Receção de Hotel.É importante referir, a razão pela qual foi escolhida esta entidade e não outra.

Foi pedida a colaboração da NERLEI, pois certificou formandos (as) num EFA entre 2012/2013. Visto que já ocorreu um período superior a um ano, considerou-se haver a possibilidade de apurar informação mais vasta para a investigação, dado que os (as) formandos (as) já teriam um maior tempo de distanciamento e reflexão, permitindo indicar o que significou esta certificação nas suas vidas, nomeadamente as mudanças sentidas no domínio pessoal e profissional, bem como as mudanças na forma de perceber a realidade envolvente, que lhes possibilita de alguma forma desenvolverem-se enquanto agentes da sua própria sociedade, fomentando o desenvolvimento comunitário.

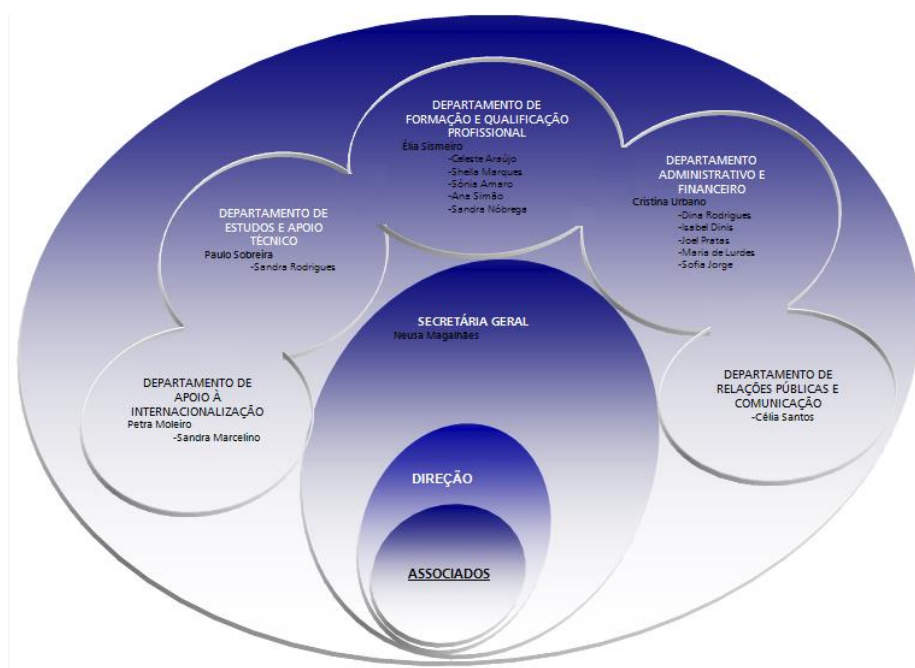
Antes de apresentar os resultados apurados nas entrevistas semiestruturadas e nos questionários, é imprescindível expor uma breve caracterização da entidade que colaborou nesta investigação.

1.2.1. A *NERLEI*

A Associação Empresarial da Região de Leiria (*NERLEI*)⁴ fundada em 1985 como delegação da Associação Industrial Portuguesa (AIP) com a denominação de *NERLEI* – Núcleo Empresarial da Região de Leiria, assim a sua atuação é no distrito de Leiria tendo também a sua sede no concelho de Leiria.

Em 1992 recebeu o estatuto de Instituição de Utilidade Pública, tendo como missão prestar serviços que colaborem para os resultados alcançados pelas entidades associativas favorecendo a camada empresarial e fomentando o desenvolvimento económico e social da região.

Esta entidade/instituição tem como visão para o ano de 2020 a participação de modo determinante na transformação da região de Leiria, visto que esta é considerada uma região atrativa económica e socialmente, desenvolvendo a sua atuação com o objetivo base “Agregar para Desenvolver”. Os seus órgãos de Gestão integram: Direção, Assembleia Geral, Conselho Fiscal, bem como um órgão consultivo – Conselho Empresarial da Região de Leiria.



Organograma⁵

⁴Site da nerlei: <http://www.nerlei.pt/pt/7-a-nerlei>

⁵Link organograma: <http://www.nerlei.pt/pt/7-a-nerlei/3658-organograma>

2. Formandos (as) EFA

Da listagem de formandos (as) da turma EFA do curso de Receção de Hotel, são no total 20, 18 formandas e 2 formandos. Contudo, três formandos não estavam disponíveis para colaborar na investigação e 5 formandos (as) não cederam os seus contactos (telefónico e/ou email), portanto, colaboram exclusivamente 12 formandas, entre os 25 e os 55 anos. Das 12 formandas, 3 concederam uma entrevista semiestruturada individual e às restantes (9 formandas) foi aplicado um inquérito por questionário, constituído maioritariamente por questões fechadas, visando os mesmos objetivos da entrevista semiestruturada individual.

Por indisponibilidade das pessoas, do investigador e do pouco tempo para este trabalho de campo, a escolha para a recolha de informação foi feita conjugando as entrevistas e os inquéritos por questionário. Pretendia-se ter feito mais entrevistas individuais, porque acredito que esta permite mais reflexão, mais aprofundamento do tema, comparativamente com os inquéritos por questionário, mas não foi possível.

2.1. Trajetórias de Vida antes e após o EFA

Neste ponto, são apresentadas as análises às três entrevistadas, tendo atribuído a cada uma, um pseudónimo – a Rita, a Manuela e a Maria.

Estas entrevistas tiveram como objetivo basilar apurar informação no que diz respeito à trajetória de vida de cada entrevistada, nomeadamente na fase da infância pretendendo essencialmente conhecer o seu percurso escolar e, por outro lado, compreender a influência dos familiares nesta fase. Seguindo-se, a fase adulta pretendendo conhecer o percurso laboral antes e após o curso EFA, onde são também mencionadas as mudanças pessoais e profissionais, tal como as motivações e influências para a realização desta tipologia de formação de adultos.

E por fim, conhecer as suas opiniões quanto ao curso EFA, bem como as perspetivas relativas a todo o conjunto de ofertas formativas dos CQEP (Centros de Qualificação e Formação Profissional).

2.1.1. A Rita

Rita (pseudónimo) - Entrevista Semiestruturada A

A Rita tem 28 anos, vive na Ponte da Pedra, concelho de Leira, é solteira e de momento vive com os seus pais adotivos, tendo o seu pai o 9º ano escolaridade obtido através de um RVCC, realizado e inserido ainda nos antigos CNO (Centro de Novas Oportunidades) os atuais CQEP (Centros para a Qualificação e Ensino Profissional). A sua mãe tem a 4ª classe, correspondente ao nível de ensino exigido naquela época. Quanto à visão dos seus pais, relativa ao percurso escolar, estes sempre a incentivaram para estudar, perspetivando para ela um aumento das suas qualificações.

Tem duas irmãs, uma tem como habilitações académicas o 11º ano, embora incompleto e a outra irmã, a mais velha, possui o doutoramento.

Apesar de Rita, não conseguir dizer-nos com exatidão o início do seu percurso escolar, refere que começou o primeiro ano com sete anos, durante esse percurso reprovou duas vezes, embora não entenda o porquê da primeira reprovação afirmando: “ [...] *chumbei no quarto porque a professora achou que sim* [...] ”, a última retenção foi no 5º ano.

Nos seus tempos livres, tem como atividades de lazer a música e a dança, tendo especial gosto por música popular, devendo-se de certa forma, ao facto de ter crescido numa aldeia, sendo comum neste meio escutar música popular.

O seu primeiro emprego foi num infantário na Marinha Grande, executando funções de auxiliar educativa, durante quatro anos. Candidatou-se a este emprego porque gosta de crianças e de trabalhar com públicos nesta faixa etária. Após, quatro anos de trabalho no infantário, ficou durante um ano no desemprego, no final desse ano voltou novamente a desempenhar funções de auxiliar educativa, no entanto a curto prazo, também no infantário nos Parceiros.

Rita regressou à formação académica, pois sempre teve como principal objetivo adquirir o 12º ano, que até então não teve possibilidade de concluir, ao longo do tempo foi-se inscrevendo em diversos cursos e também formações, mas nunca foi chamada, nessa altura perdeu um pouco a esperança.

Num determinado momento, uma colega deu-lhe a conhecer a NERLEI, informou-a e motivou-a a inscrever-se num curso que lhe iria permitir obter o 12º ano. Mesmo não estando muito confiante de que fosse seleccionada para frequentar o curso, ainda assim tentou mais uma vez: *“eu fui [...] é mais uma: se der deu...”*.

Dias depois foi contactada pela NERLEI, para frequentar um curso de Rececionista de Hotel que lhe iria permitir obter o tão desejado 12º ano. Rita não teve nenhuma razão específica para escolher esta área, como qualquer outra, pois referiu que: *“ [...] foi só mesmo pelo décimo segundo [...] ”*.

Antes de iniciar o curso pensava *“ [...] que era mais fácil [...] pensei que não fosse tão trabalhoso ”* ainda assim, acha que foi muito útil. Quando iniciou o EFA estava desempregada, sendo esta situação também uma das razões para frequentar o curso. Depois de terminar o mesmo, encontrou emprego. No entanto, não foi na área em que se certificou no EFA.

Refere que existiram mudanças, após ter frequentado o curso, nomeadamente a nível pessoal, ganhando mais autoestima e começou a dar *“ [...] mais importância a pequenos pormenores que não dava [...] ”* começou a valorizar mais as pessoas, enquanto clientes prestando mais atenção, no atendimento a estes.

Rita, depois de terminar esta tipologia de curso, foi realizando formações modelares, na área da saúde, tais como primeiros socorros e saúde mental, bem como na área das línguas, concretamente o Francês, pois diz que é interessante, útil e sempre poderá *“ [...] aprender algo ”* que acha ser relevante para o seu dia-a-dia. Contudo, não se verificaram grandes mudanças, no domínio profissional.

No que diz respeito, às ofertas formativas que os CQEP disponibilizam, Rita, pensa *“ [...] que é bom ”*, apesar de referir que o EFA é mais aprofundado e trabalhoso, comparativamente com processo RVCC visto que durante a realização deste, pelo pai que considerava o curso muito superficial e não superou as suas expectativas tendo-lhe contado que *“ [...] não aprendeu muito [...] pensava que ia para ali para aprender alguma coisa ”* portanto, Rita avalia o EFA com uma boa oferta formativa, onde pode adquirir vastos saberes, em determinadas áreas, que de alguma forma a tornaram mais informada e atenta em dados assunto, que de algum modo não dominaria, até frequentar esta tipologia de formação destinada a adultos.

2.1.2. A Manuela

Manuela(pseudónimo) - Entrevista Semiestruturada B

Manuela tem 55 anos é casada, vive na freguesia dos Milagres, concelho de Leira, tem dois filhos, um com 28 anos e outro com 21, o mais velho tem como habilitações académicas a licenciatura em arquitetura e o mais novo terminou o ano passado (2014) a licenciatura, estando atualmente a trabalhar numa empresa de auditoria e consultadoria, em Lisboa e a realizar o mestrado na ESTG (Escola Superior de Tecnologias e Gestão) do IPL.

A sua família no tempo da infância era constituída pelos seus pais e por mais seis irmãos, embora tenha passado e grande parte da sua infância aos cuidados da sua mãe, pois o pai era emigrante. Mesmo assim eles queriam que todos os filhos aproveitassem os estudos e Manuela considera que: “[...] até eram muito exigentes nesse aspeto[...]” mas só poderiam estudar até à 4ª classe devido a questões monetárias: “[...] nos éramos sete filhos, o porquê de não ter estudo, na altura [...]” mesmo assim, não esconde o seu anseio de poder voltar a estudar.

Manuela iniciou o ensino com seis anos, num percurso de cinco anos, mas na 4ª classe reprovou, porque deixou de estudar, para ter mais tempo para brincar com os amigos que viviam junto de si, na mesma aldeia: “... tínhamos uns vizinhos e eu gostava de vez em quando de ir para lá [...]”, “E então, como se costuma dizer, baldei-me um bocadinho” e devido a tal situação reprovou nesse ano: “[...] chorei muito [...]” considerava para mim que era eu ser burrinha”.

Nesse tempo as crianças quando chegavam à 4ª classe, no final do ano, a professora só inscrevia os alunos que estavam preparados para realizar o exame e isso não aconteceu com Manuela, tendo ficado um ano em casa.

Mais tarde, com doze anos foi para França cuidar dos seus sobrinhos, mas teve de regressar a Portugal, devido às saudades que sentia do seu país, e aqui começou a trabalhar no campo com os seus pais. Já na fase adulta constitui família e teve dois filhos, como foi referido anteriormente.

Quando tem tempo livre para si, gosta de executar artes decorativas, a pintura e ginástica, no entanto tem especial preferência por atividades de ar livre, como ginástica,

contudo conta com alguma tristeza que está [...] *cansada de estar em casa, acho me um bocadinho deprimida [...]*”. Argumentando ser difícil a situação em que se encontra, o desemprego, porque sente necessidade de se sentir ocupada e de sair de casa.

Portanto, esta também foi uma das razões que a motivaram a dar continuidade à sua formação académica, pois sentia que lhe faltava o que tanto ansiava desde que deixou o seu percurso escolar “[...] *faltava-me aquilo que eu queria, quando era mais nova, concluir estudos*” no entanto, os seus filhos e o marido também foram um incentivo neste reinício da formação académica, reconhecendo por outro lado, que pretende “[...] *pelo menos um novo emprego, uma atividade profissional*” revelando ainda, uma enorme vontade de adquirir novos saber e conhecer novas pessoas e vivências.

Diz-nos que não teve nenhum motivo em concreto para escolher a NERLEI: “[...] *eu já estava lá inscrita há um tempo [...]*” e em 2012, em Outubro, quando iniciou o EFA, foi contactada pela entidade para frequentar o curso de Rececionista de Hotel, para obter a sua certificação de 12º ano, tendo já obtido uma certificação de 9º ano também através de um EFA.

Embora se sentisse motivada para iniciar o curso estava um pouco receosa: “[...] *derivado à minha idade, integrada num grupo de jovens [...]*”. Pensando diversas vezes que não conseguiria alcançar o seu objetivo. Mas, conta que com empenho conseguiu ultrapassar todos os obstáculos, tais como a aprendizagem das línguas essencialmente o inglês: “[...] *para mim é uma língua estranha [...]*”. Ainda assim, revela que gostava de poder um dia vir a exercer funções na área em que certificou, dado que se encontra sem emprego.

Depois de concluir o curso, Manuela notou mudanças na sua vida pessoal, referindo que adquiriu conhecimentos fundamentais para o seu dia-a-dia estando mais atenta a todo o um conjunto de questões nomeadamente, no âmbito do turismo e muitas outras áreas, afirmando que se sente mais autónoma e “[...] *mais segura em muitos aspetos [...]*” essencialmente a nível da informática, sabe trabalhar com o computador e fazer as suas próprias pesquisas, enriquecendo-se cada vez mais em temas que lhe despertam a curiosidade. Por outro lado, não sentiu mudanças a nível laboral, o facto de estar desempregada ainda não lhe permitiu alcançar melhorias neste plano.

Manuela acha que o curso é EFA foi muito bom, contudo diz-se com pena de não ter aprendido ainda mais, porque tinham muita matéria “ [...] *para dar em pouco tempo [...]*” não lhe possibilitando aprofundar determinadas áreas, que lhe despertavam a curiosidade, porém faz um balanço bastante positivo do curso.

De modo a ocupar o seu tempo livre, foi-se inscrevendo em diversas formações, por exemplo, Técnicas de Desenvolvimento e Procura de Emprego, considerando ser imprescindível na procura de um trabalho: “[...] *eu agora quando estou à procura de emprego, sei o que não posso fazer [...]*”. Realizou ainda, uma formação de Francês porque sentia que precisava de melhorar a sua escrita neste idioma: “[...] *porque eu aprendi a falar, mas não sei escrever [...]* para passar para o papel eu dou muito erro [...]”.

Quanto às ofertas formativas, disponibilizadas para jovens e adultos, nos CQEP Manuela avalia-as como boas, principalmente para os indivíduos que estão no inativo e pretendem obter uma certificação, que até então não estava ao seu alcance: “[...] *saímos de casa, uma pessoa desempregada se fica em casa, é bom sair conhecer novas pessoas e aprender novas coisas*”.

2.1.3. A Maria

Maria (pseudónimo) - Entrevista Semiestruturada C

Maria tem 43 anos, vive na Bidoeira, concelho de Leiria. Durante a sua infância e parte da fase adulta viveu com os seus pais e mais seis irmãos, contudo quando começou a trabalhar, numa fase que considera de mais independência, saiu de casa dos seus pais para começar a viver sozinha, não tendo até à atualidade constituído família, é solteira.

Nos seus tempos livres, gosta de fazer trabalhos manuais: “[...] *porque é uma forma de me ocupar e sinto-me bem a realizar este tipo de artes, sempre gostei muito das artes [...]*” e ginástica: “*Gosto de desporto, porque faz bem à saúde e acho que é importante praticar desporto para ter uma vida saudável*”.

No que respeita à sua trajetória de vida, especificamente na infância, quando começou o seu percurso escolar com seis anos, considerando que nessa fase sempre foi muito empenhada: “[...] *sempre gostei muito de estudar [...]*”. E os seus pais também

estiveram muito presentes, principalmente a mãe: “ [...] *sempre me apoiou nos estudos até à 4ª classe, ajudava-me a fazer os trabalhos e a estudar [...]*” pois era a mãe que passava a maior parte do tempo com ela e com os irmãos. Porém, tanto Maria, como os seus irmãos, tiveram que abandonar os estudos na 4ª classe porque os pais não tinham possibilidades financeiras, para prosseguirem os estudos.

Apesar de ter realizado o seu percurso escolar com muito empenho, Maria não entende o porquê de ter reprovado duas vezes, contando que a sua mãe achava que não estava preparada para seguir: “ [...] *falava com a professora para me reprovar, achava que devia reprovar e [...] então ela reprovava-me [...]*nunca entendi o porque de reprovar os dois anos”.

Quando adulta, o seu primeiro emprego foi com 15 anos, num talho, tendo sempre trabalhado nestas funções até à atualidade, referindo que se sente bem a executar tais funções, não pensando ter outro trabalho: “ [...] *gosto mais do trabalho que faço [...]*” no entanto, teve um tempo no desemprego, sendo nesta altura que se inscreveu na NERLEI para frequentar um curso que lhe desse a possibilidade de obter o 12º ano, tendo já como habilitações anteriores o 9º ano, terminado quando tinha cerca de 18 anos.

Então, após ter assistido na NERLEI, a uma apresentação de cursos, decidiu inscrever-se, porém “ [...] *só havia, na altura, o curso de Receção de Hotel [...]* mesmo assim, acha que se fosse outro também seria uma boa oportunidade, para aprender novos conhecimentos e “ [...] *teria a oportunidade de ter mais habilitações*”. Começou o curso em 2012, em Outubro, com a duração de 14 meses. Nesse momento, não tinha muitas expetativas mas: “ [...] *achava que o curso de receção seria interessante [...]*”.

Maria ficou com uma opinião bastante positiva do curso: “ [...] *foi um curso que gostei imenso [...]* ” e como gosta imenso de estudar, o facto de ter sido: “ [...] *um curso muito complexo [...]* ” não foi um obstáculo para si, mas antes uma possibilidade bastante significativa de: “ [...] *adquirir um leque de vários conhecimentos, como por exemplo, vários temas relacionados com o turismo*” mais especificamente, no âmbito da história.

Por outro lado, Maria considera que ficou mais atenta aos temas da atualidade, concretamente relacionados com: “ [...] *ambiente com as alterações climáticas*”.

Quando questionada, se gostaria de desempenhar funções na área em que se certifico no EFA, Maria conta-nos que prefere seu trabalho no talho, porque acha que é mais dinâmico comparando com as funções de uma rececionista, porém julga que as línguas estrangeiras seriam um obstáculo para exercer funções de rececionista: “ [...] *é essencial saber línguas [...] eu não sei línguas*”. Contudo, revela que esta área é: “ [...] *muito interessante, deve aprender-se muito [...]* ”.

Relativamente às mudanças que este curso trouxe para si, diz-nos que no domínio profissional, começou a ter em conta o atendimento: “ [...] *quando faço atendimento de clientes tenho mais atenção a certos pormenores que não tinha antes de frequentar o curso*” na sua vida pessoal, fez com que seja mais atenciosa no tipo de informação que consulta através da internet:

“ [...] *ensinaram-nos que quando fazemos pesquisas na net devemos ver vários sites para saber se a informação é correta, porque às vezes a informação na net que não está sempre correta, pois nós tínhamos muitos trabalhos para fazer e resumos que tínhamos que fazer muitas pesquisas na net e teríamos que ter cuidado quando pesquisávamos*”.

Depois de ter concluído o curso EFA, Maria continuou a estudar, realizando formações, como de Empreendedorismo, que lhe permitiu alcançar novos conhecimentos, relacionados com a atividade de emprego, mais concretamente quando se pretende criar um negócio por conta própria “ [...] *pude perceber que não é fácil abrir uma empresa, porque tem que se tratar de muitos assuntos, é muito trabalhoso*”.

Já quanto às ofertas formativas (cursos) que os CQEP disponibilizam para público que pretenda aumentar seu grau de habilitações, Maria conta que são muito boas, visto que “ [...] *permite às pessoas uma nova oportunidade para terem mais estudos, mais habilitações se não tiveram anteriormente oportunidade para estudar e [...] é sempre muito bom ter novos conhecimentos*”.

Em Síntese...

A Rita, a Manuela e a Maria, formandas EFA, apresentadas ao longo do presente capítulo, têm as suas origens no mundo rural. A Manuela e a Maria durante a sua

infância tiveram um percurso escolar favorável, embora marcado por algumas ruturas, devido às condições económicas das suas famílias que as obrigaram a iniciar o seu trajeto laboral precocemente, entre os 12 e os 15 anos.

Porém, também, obtiveram algumas reprovações, Manuela devido às influências do meio envolvente que a determinado momento desviaram as suas atenções do percurso escolar, dedicando grande parte do seu tempo às brincadeiras de outrora, com os colegas que também viviam na sua aldeia. Por outro lado, Maria não entende o porquê de ter reprovado, dado que sempre teve um bom aproveitamento.

Já Rita cresceu numa família adotiva, que tinha possibilidades para a levar mais além no seu percurso académico, no entanto referiu-nos que não gostava de estudar e que também tinha algumas dificuldades, tendo ao longo deste percurso obtido algumas reprovações. Quanto à sua trajetória laboral, tal como as outras entrevistadas, teve início em idade precoce. Rita refere que esta fase também foi marcada por algumas ruturas, consequência de inadaptação à equipa de trabalho, que a levaram a rescindir o seu contrato de trabalho.

Este trajeto ainda foi marcado por alguns momentos de inatividade (desemprego), para ambas as entrevistadas, consequência das transformações que se têm vindo a verificar no mercado de emprego, em que a mão-de-obra qualificada é cada vez mais valorizada, num mundo onde o conhecimento e a tecnologia são palavra de ordem.

Estas transformações no mercado de trabalho fazem recuar as condições de acesso ao emprego, aumentando a precariedade laboral, verificando-se ao longo das últimas três décadas, um processo de reconfiguração marcado por controvérsias nomeadamente, no que diz respeito às políticas sociais de protecção do emprego, colocando em causa a continuidade da regulação dos mercados de trabalho (Oliveira & Carvalho, 2010).

Assim, as entrevistadas consideraram uma boa escolha (re)iniciar a sua formação académica, para alcançarem mais e melhores conhecimentos, que lhes proporcionassem uma mudança a nível profissional. Uma vez que começaram a deparar-se com a competitividade decorrente das vastas transformações no setor laboral, sem esquecer a possibilidade de atingirem mudanças pessoais significativas, nomeadamente no que respeita à autoestima. Desta forma, segundo Guimarães (2012, p.82)

“[...] em Portugal, nos últimos anos, tem-se assistido à valorização de características atribuíveis à educação e formação para competitividade, evidentes na concentração de recursos [...] nos Cursos EFA, que se orientam sobretudo para o reconhecimento de competências e o aumento de qualificações”.

Por outro lado, as entrevistadas entenderam que seria, também, uma forma de ocuparem o seu tempo livre, pois estavam no desemprego quando iniciaram o curso EFA de Receção de Hotel em 2012/2013, salientando ainda, que seria a oportunidade ideal para concretizarem o desejo de aumentar as suas qualificações. Estas tinham como habilitações académicas o 9º ano, antes de iniciarem o curso.

Portanto, podemos considerar que um dos grandes motivos, para as entrevistadas se inscreverem num EFA, foi a larga possibilidade de obterem mais qualificações, que de alguma forma lhes permitirá uma melhoria da sua vida quotidiana. Porém, uma entrevistada, a Manuela, diz-nos que também foi muito influenciada pelos familiares para dar início ao curso.

Contudo, ambas mencionam que ainda não sentiram mudanças profissionais após o EFA, no entanto dizem ter adquirido conhecimentos, que facilitaram a sua forma de agir perante às funções que podem vir a desenvolver num futuro emprego, pois contrariamente a Manuela, Rita e Maria conseguiram emprego após a conclusão do EFA, dizem-nos que no seu local de trabalho, quando fazem atendimento ao público, tem atenção a determinados pormenores que não tinha antes de frequentar o curso de Receção de Hotel, onde adquiriram diversos conhecimentos, alusivos às técnicas de atendimento ao público.

Quadro 4 – Transformações após o curso EFA

Entrevistadas	Mudanças após o EFA
Rita	<i>“ [...] mais importância a pequenos pormenores que não dava.”; “Ganhou mais auto-estima [...] ”</i>
Manuela	<i>“ [...] adquirir muitos conhecimentos”; “ [...] deu, muita autonomia [...] sinto mais segura em muitos aspetos [...] ”</i>
Maria	<i>“ [...] permitiu-me adquirir um leque de vários conhecimentos, como por exemplo, vários temas relacionados com o turismo”; “Hoje já faço muitas pesquisas na net, para estar cada vez mais informada de temas da atualidade, temas que gosto.”</i>

As formandas para se manterem em constante atualização, acharam importante frequentarem formações modelares, em várias áreas, tais como Saúde, Educação Infantil e Empreendedorismo e Emprego. Portanto, formar adultos pouco escolarizados, nos dias hoje, é de extrema importância na inserção no mercado de trabalho, para que possam fazer face à inevitável competitividade do mesmo.

No ponto seguinte, é elaborada uma análise aos questionários implementados, às restantes formandas EFA, onde foi possível apurar mais informação relativamente à trajetória de vida e motivações para o (re)iniciar da formação académica das nove inquiridas, sendo também mencionadas as mudanças pessoais e profissionais após o curso. Permitindo assim, confrontar a informação apurada nas entrevistas semiestruturadas às três formandas com a informação dos questionários, porém esta última técnica é de caráter mais restrito comparativamente com as entrevistas, que permitem maior descrição e reflexividade, tal como foi referido anteriormente, na metodologia.

3. Análise dos inquéritos por questionário realizados às formandas EFA

Como referido anteriormente, dos 20 formandos apenas 12 colaboraram no estudo, por meio de entrevistas semiestruturadas e de inquéritos por questionário.

O inquérito por questionário, via telefone, foi implementado a 9 formandas, com idades compreendidas entre os 26 e os 30 anos (6) e as restantes, exclusivamente 3 formandas, entre os 41 e os 55 anos, todas residentes no concelho de Leiria (cf. Gráfico 5, 6 e 7).

Gráfico nº5 – Género

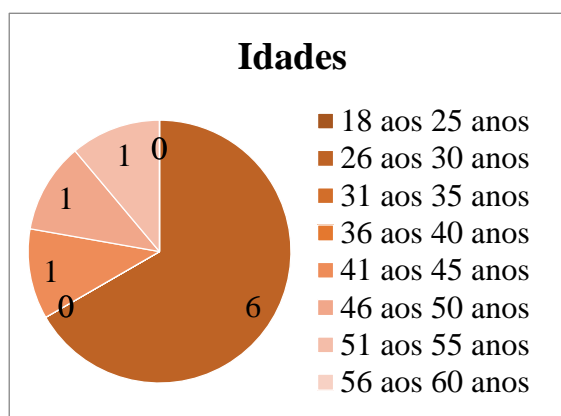
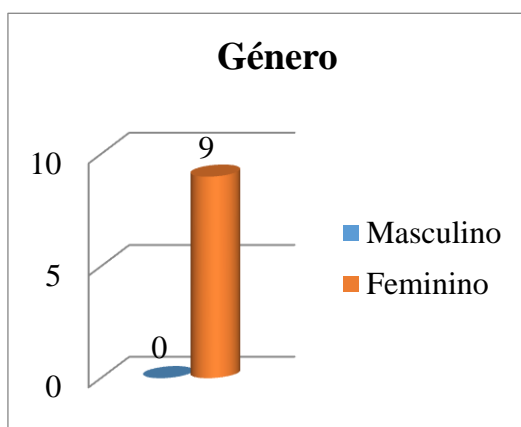
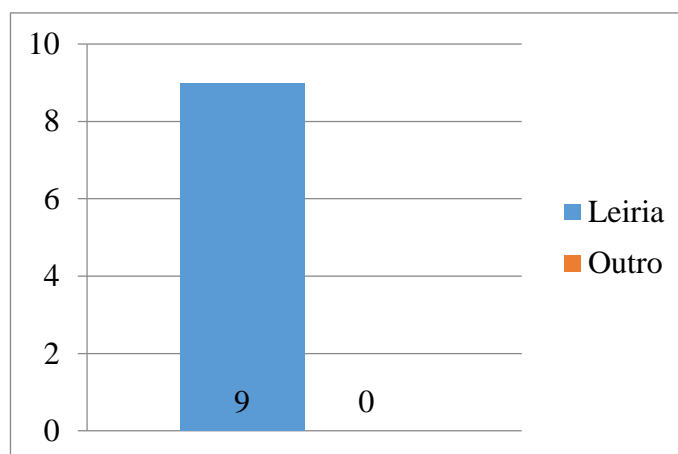


Gráfico nº7 – Concelho de Residência



Quanto ao estado civil, a maioria das formandas (4) são casadas verificando-se menor número de formandas solteiras (2), em união de facto (2) sendo uma divorciada e outra viúva. E apenas duas das formandas não têm filhos (cf. Gráfico 8 e 9). Quando questionadas relativamente à sua situação profissional a minoria (3) referiu que se

encontrava no inativo (desemprego) registando-se em maior número trabalhadoras por conta de outrem (2), por conta própria (2) e apenas duas formandas estavam em tempo de licença de maternidade (opção: Outra) (cf. Gráfico 10).

Gráfico nº 8 – Estado Civil

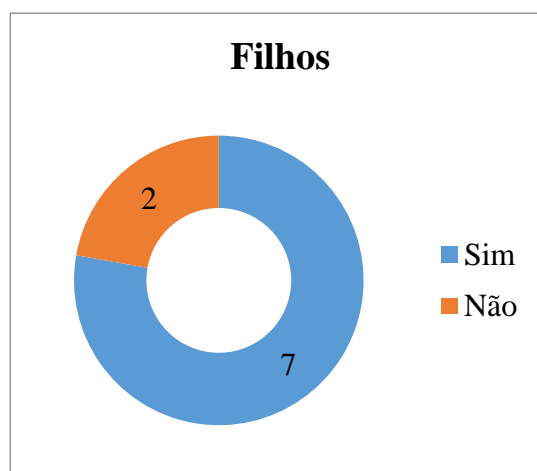
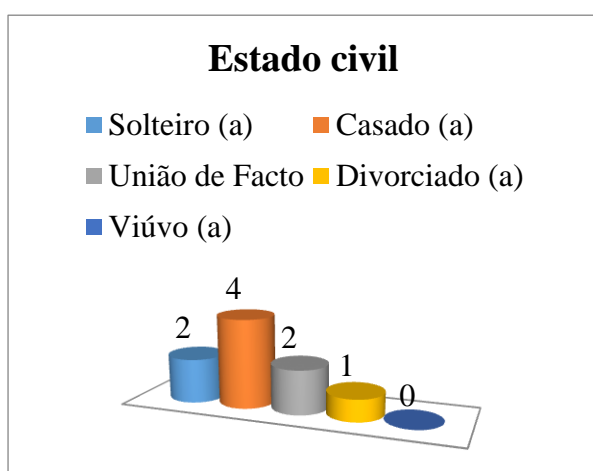
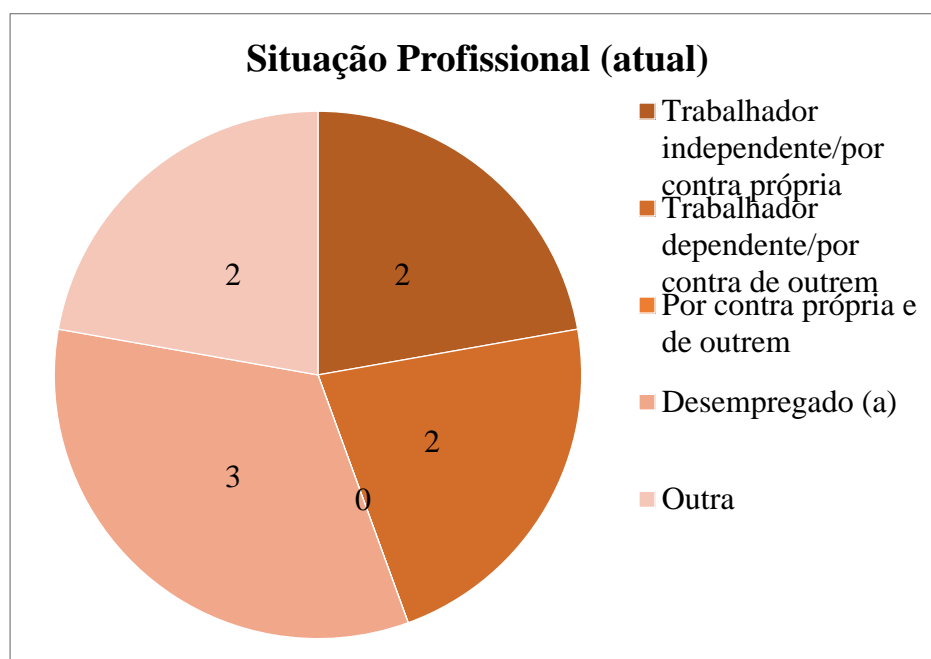


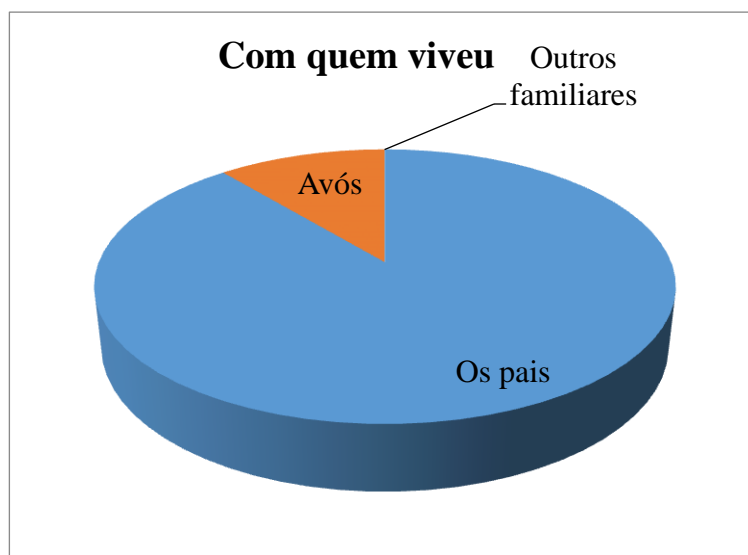
Gráfico nº10 – Situação Profissional (atual)



Na segunda parte, trajetória de vida, a primeira questão pretendia perceber com que familiares viveram desde o seu nascimento até à fase adulta, apenas uma formanda viveu com a avó que tinha como habilitações escolares o nono ano, desenvolvendo a sua

atividade laboral como auxiliar de laboratório. As restantes inquiridas (8) viveram com os pais (cf. Gráfico nº11).

Gráfico nº 11 – Com quem viveu desde a infância à idade adulta



A maioria dos familiares (pai e/ou mãe) (6) possui entre a 2ª e 4ª classe, sendo as suas atividades laborais na área da construção (1), indústria (2), função pública (1), restauração (2), trabalho doméstico (2) e apenas dois estão desempregados e um reformado.

Um número mínimo dos familiares (2) detém como escolaridade o 12.º ano e o 9.º ano desenvolvendo as suas atividades profissionais na área da contabilidade, sendo ainda referido por outra formanda que os seus familiares tinham como habilitações o ensino superior na área de Farmácia.

Quanto ao percurso escolar, a maioria das inquiridas começou esta fase entre os 6 e os 10 anos (7) e duas inquiridas entre os 3 e os 5 anos (cf. Gráfico 12). Sete formandas terminaram a escola entre os 16 e os 20 anos e duas entre os 10 e os 15 anos (cf. Gráfico 13).

No decorrer do percurso escolar oito inquiridas (a maioria) referem ter reprovado e só uma não obteve reprovações. As retenções registadas a maioria das inquiridas referem que foram de apenas um ano (cf. Gráfico 14). Exclusivamente seis formandas

deixaram a escola, tendo como habilitações escolares entre 7.º e o 10.º ano, com idades compreendidas entre 16 aos 20anos.

Gráfico nº 12 – Início do Percurso Escolar

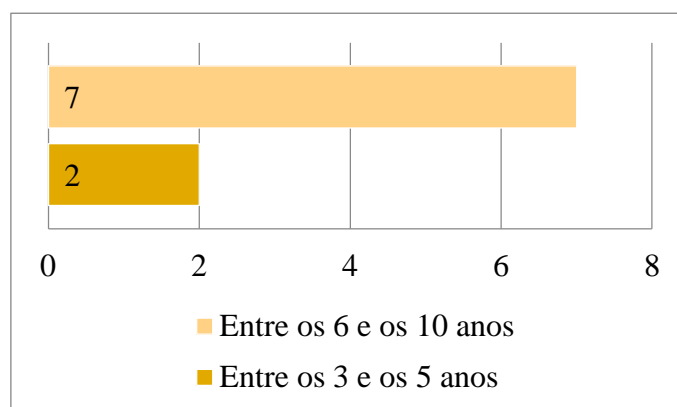


Gráfico nº 13 – Idade de término do percurso escolar

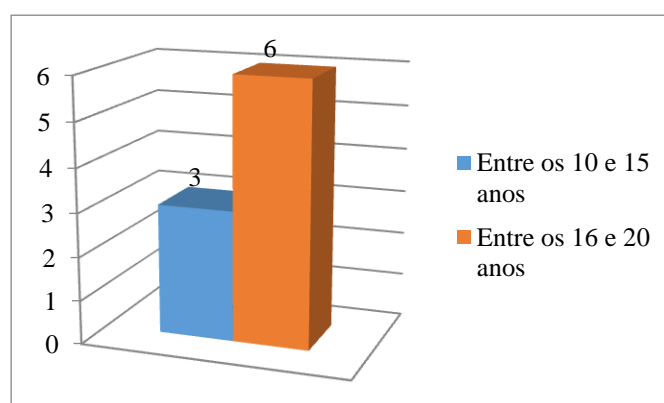
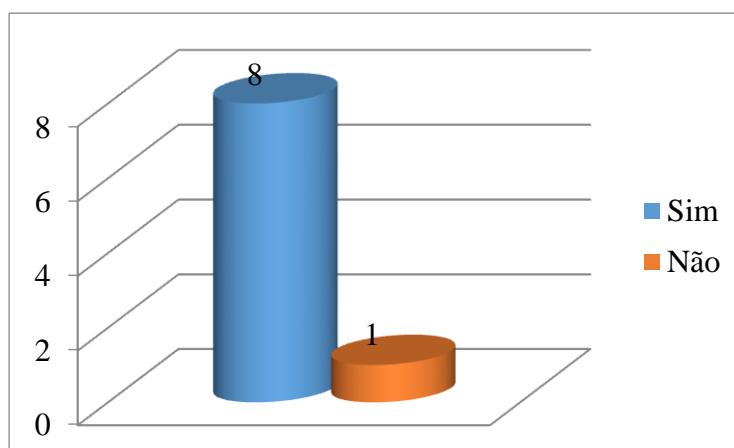


Gráfico nº 14 – Reprovações no percurso escolar

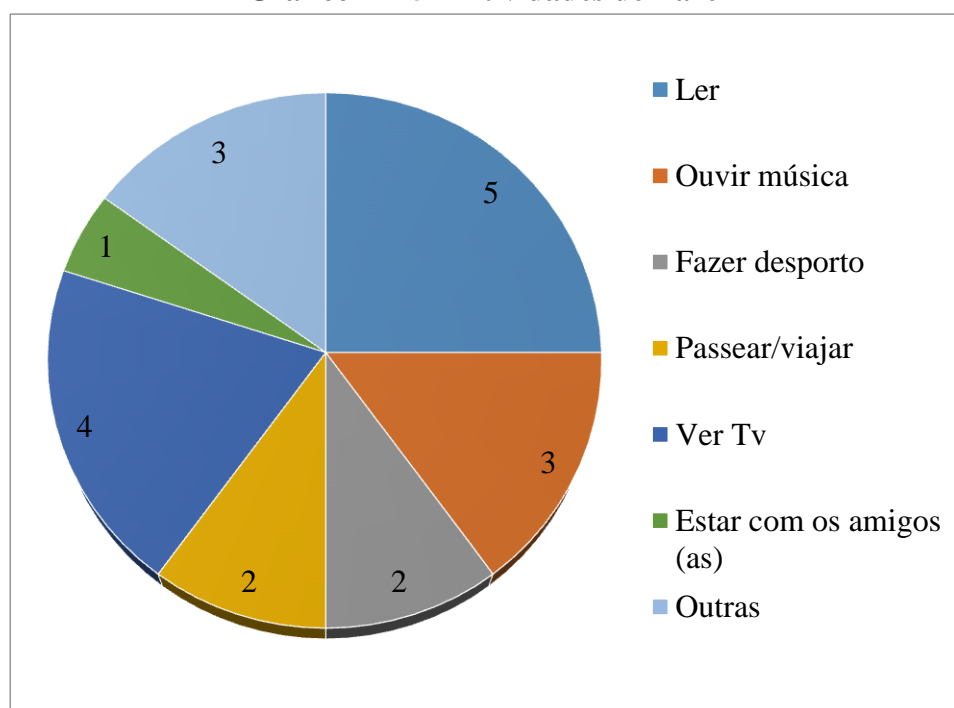


Quando interrogadas acerca da visão dos seus familiares em relação à escola, 8 formandas mencionaram que estes gostavam que estudassem e apenas uma referiu que os pais não se interessavam com o seu percurso escolar.

No que respeita, ao primeiro emprego, cinco das inquiridas desenvolveram atividades laborais dedicadas à venda de produtos e à prestação de serviços, nomeadamente, no âmbito da tecnologia, saúde, alimentação e turismo inseridas no setor terciário e só três inquiridas desenvolveram a sua atividade profissional na transformação de recursos naturais e outras matérias-primas, concretamente na produção industrial inserida no setor secundário.

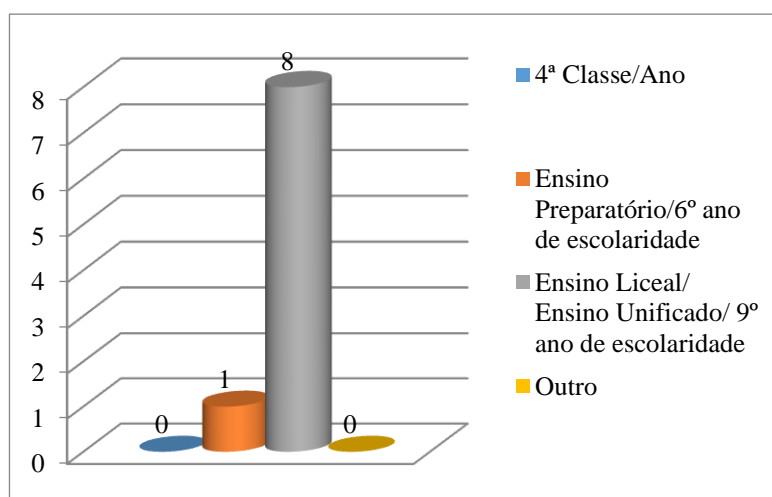
Relativamente, à questão alusiva às atividades de lazer (cf. Gráfico 15) verificou-se que a maioria nos seus tempos livres opta preferencialmente pela leitura (25%) e pelo visionamento de televisão (20%) e as restantes preferem atividades como ouvir música (15%), desporto (10%), passear e/ou viajar (10%), estar com os/as amigos/as (5%) bem como as artes decorativas, trabalhos domésticos (cuidar dos filhos) e navegar na internet (15%) correspondente estas últimas à opção: outras. É importante mencionar que nesta questão as inquiridas poderiam escolher entre uma a três opções.

Gráfico nº 15 – Atividades de Lazer

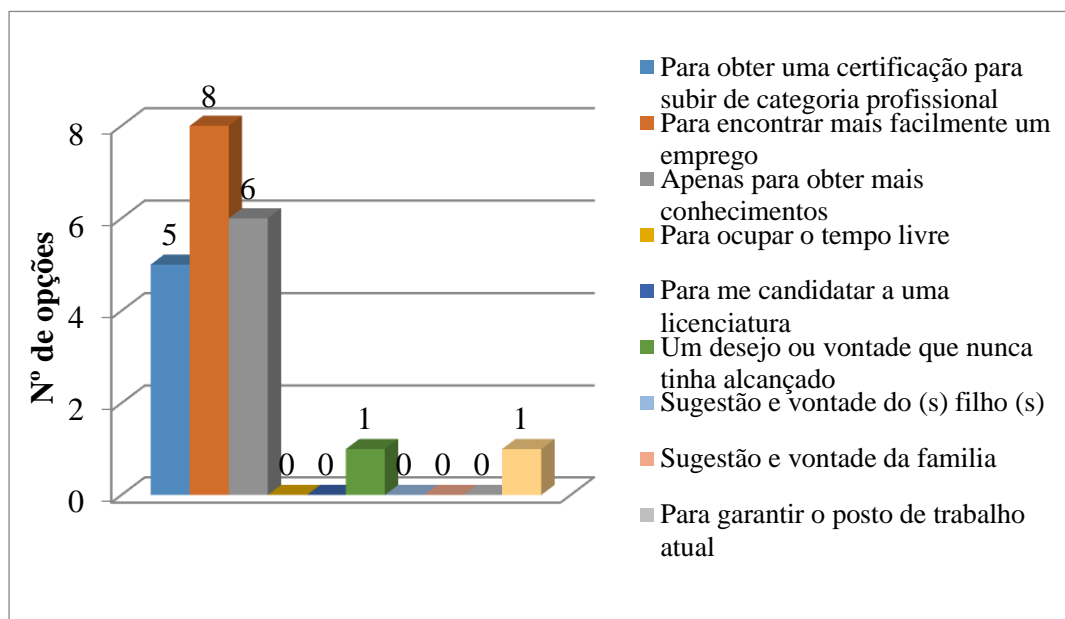


Na terceira parte, referente ao curso EFA, oito formandas tinham o 9.º ano/ ensino unificado como habilitações escolares, antes de iniciarem o EFA e apenas uma o ensino preparatório correspondente ao 6.º ano (cf. Gráfico 16).

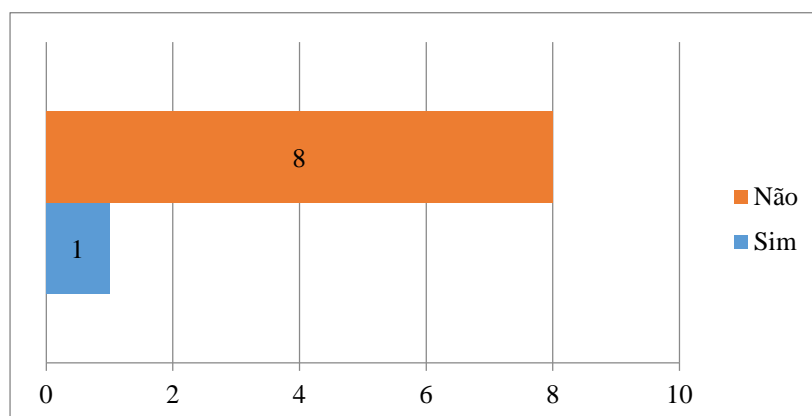
Gráfico nº 16 – Escolaridade anterior ao EFA



Quando questionadas relativamente às razões que as levaram a frequentar o curso EFA, tendo em conta que poderiam assinalar entre uma a três razões, a maioria mencionou que seria para encontrar mais facilmente um emprego (8), apenas para adquirir mais conhecimentos (6) e para obter uma certificação que lhes permitisse subir de categoria profissional (5) tendo a minoria mencionado que se candidatou ao curso para obter mais qualificações (1) (cf. Gráfico 17).

Gráfico n° 17 – Razões para ingressar no EFA

Quanto às influências para a concretização do EFA no geral, consideraram que não houve qualquer influência (8) apenas uma formanda indicou que foi influenciada por familiares para frequentar o curso EFA (cf. Gráfico 18).

Gráfico n° 18 – Influências para realizar o EFA

Quatro inquiridas acham que não houve nenhuma razão específica para escolher a NERLEI, como entidade para frequentar o curso EFA e as outras cinco inquiridas referem que foi por influência de amigo/a (2), através de meios de comunicação social (2) e através do IEPF (1) (cf. Gráfico 19). Todas as inquiridas frequentaram um curso

EFA de Receção de Hotel (cf. Gráfico 20) no ano letivo 2012/2013 tendo iniciado em Outubro.

Gráfico nº 19 – Escolha da NERLEI para realizar o EFA

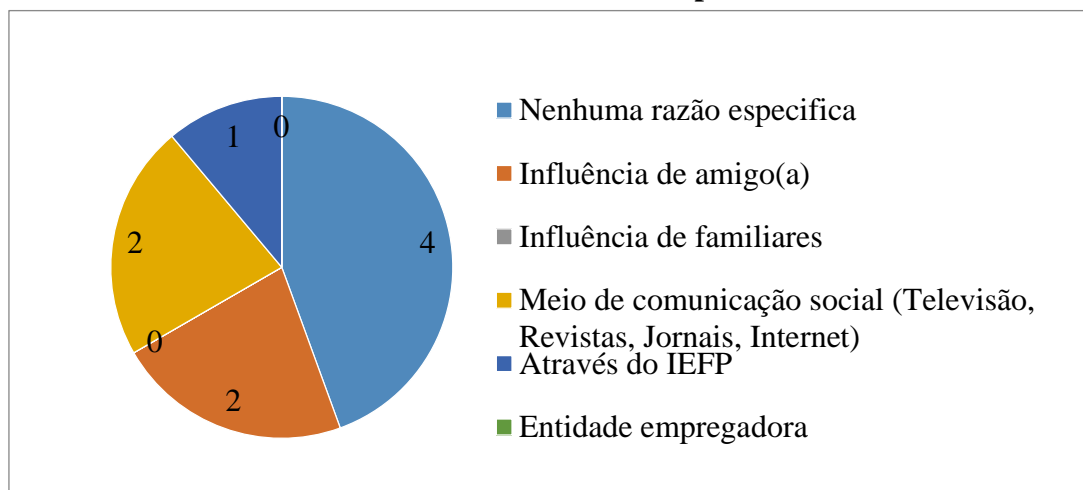
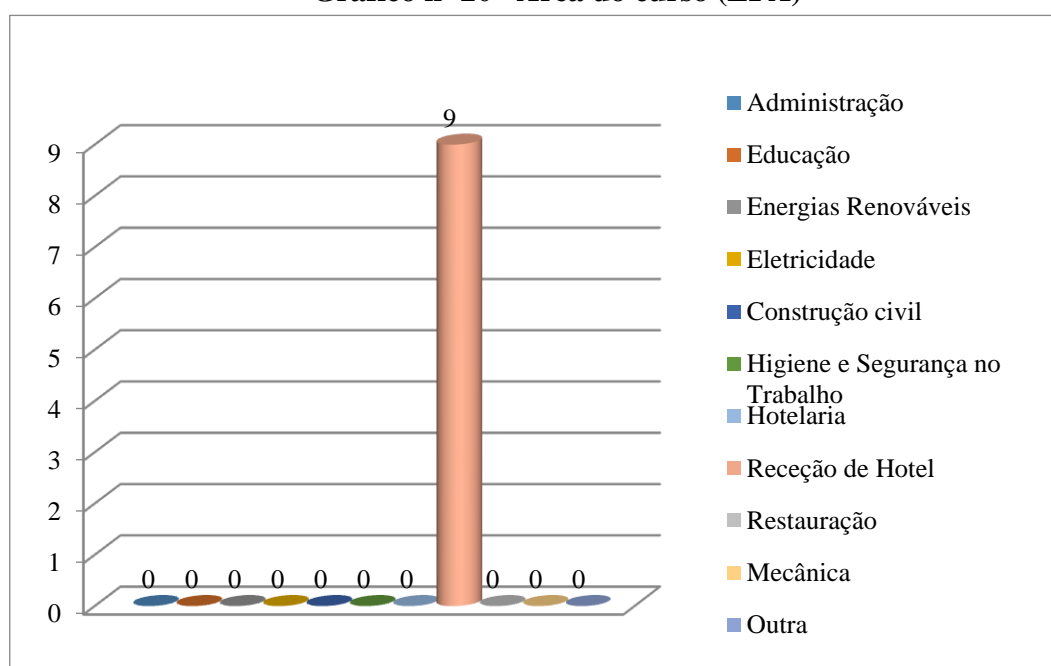


Gráfico nº 20 –Área do curso (EFA)



O curso EFA na área de Receção de Hotel foi avaliada pelas inquiridas como Muito Bom (6) e Bom (3) (cf. Gráfico 21). As formandas/inquiridas que frequentaram este curso adquiriram uma certificação de 12.º ano (cf. Gráfico 22). No entanto, nenhuma está empregada na área em que se certificou no EFA (cf. Gráfico 23). Sendo também referido que não existiram mudanças profissionais após a conclusão do mesmo, até ao presente (cf. Gráfico 24).

Gráfico n° 21 – Avaliação do EFA

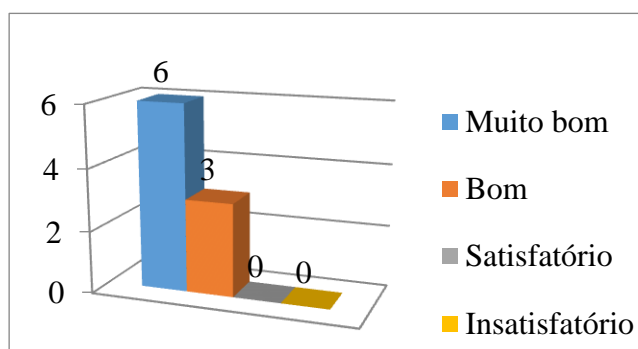


Gráfico n° 22 – Escolaridade obtida com o EFA

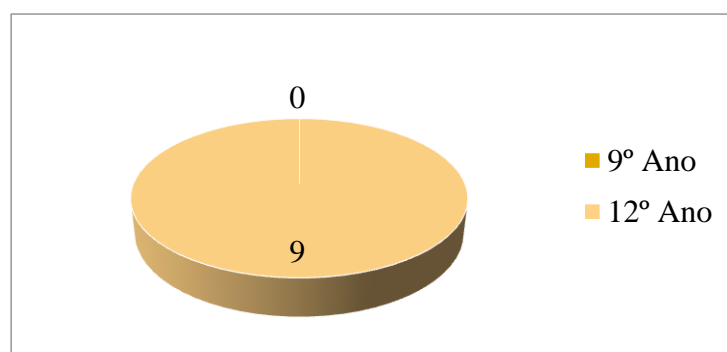


Gráfico n° 23 – Empregados na área de certificação no EFA

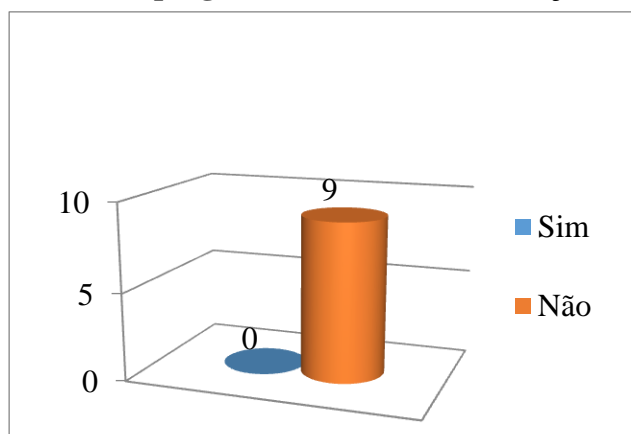
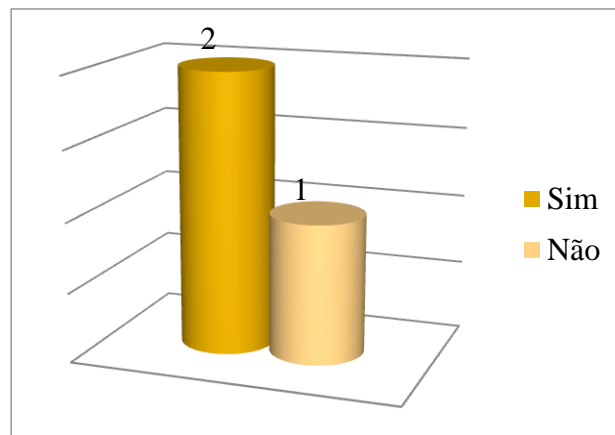


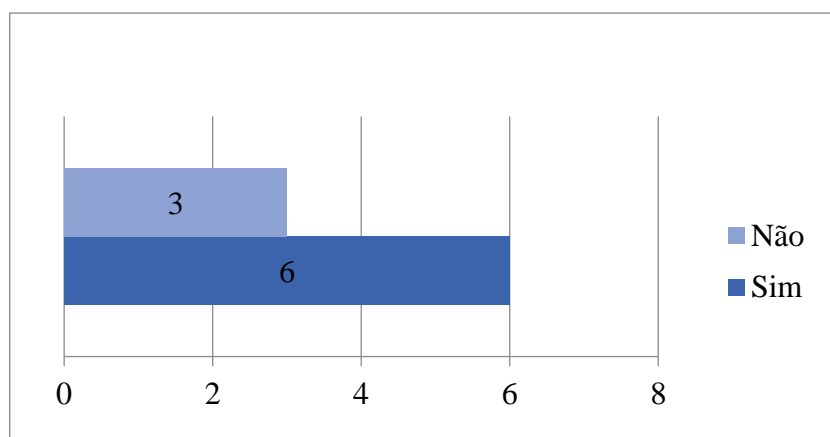
Gráfico nº 24 – Mudanças Profissionais

Quanto às mudanças na vida pessoal as inquiridas mencionaram que não sentiram transformações, mas consideram que adquiriram vastos conhecimentos referentes à área em que se certificaram, permitindo-lhes de alguma forma estar mais atentas e seguras em relação a algumas áreas, tais como a cultura (especificamente património) e em línguas estrangeiras (espanhol, francês e inglês).

Estando mais despertas aos assuntos que são muito falados na atual sociedade, ainda consideram que adquiriam mais e melhores competências no domínio das novas tecnologias da informação e comunicação, especificamente no trabalho com computadores, onde podem aceder a todo um conjunto de informação que têm especial interesse, possibilitando-lhes mais à vontade perante a atividade laboral que desempenham, tendo uma inquirida considerado que existiram mudanças a nível económico, pois conseguiu subir de categoria profissional.

Foi também referido que ganharam mais autoestima, confiança, permitindo-lhes serem cidadãs mais ativas na comunidade onde estão inseridas.

Depois de terem terminado o curso EFA, a maioria das inquiridas (6) realizaram outros tipos formação em diversos âmbitos, sobretudo na área da saúde (primeiros socorros), línguas, principalmente Espanhol e na área da educação, concretamente no trabalho com crianças. As restantes inquiridas (3) não frequentaram formações, por motivos de saúde (1) e por se encontrarem em tempo de licença de maternidade (2) (cf. Gráfico 25).

Gráfico nº 25 – Formação após o EFA**Em suma...**

No geral, as inquiridas pertencem ao concelho de Leiria, com idades compreendidas entre os 26 e 30 anos, em maioria, e entre os 41 e 55 anos, em minoria. Quatro das inquiridas, atualmente, estão empregadas e apenas três no inativo (desemprego) e as restantes, duas inquiridas, estão em tempo de licença de maternidade.

Quanto aos ciclos de vida, a maioria das inquiridas viveram com os pais até à fase adulta e apenas uma inquirida viveu com a avó. As habilitações dos familiares situam-se entre a 2ª e 4ª classe, na maioria, registando-se um pequeno número de familiares com habilitações mais elevadas, entre o 9º e 12º ano, apenas um familiar detém habilitações superiores.

Sete inquiridas começaram o percurso escolar entre os 6 e os 7 anos e as restantes entre os 3 e os 5 anos, no entanto, a maioria durante esta fase obteve reprovações, verificando-se de igual forma, que a maioria terminou o ensino entre os 16 e os 20 anos.

Um número considerável das inquiridas que frequentaram o EFA, anteriormente a este, tinha como habilitações académicas o 9º ano/ ensino unificado. Quando questionadas, relativamente às motivações para se inscreverem num EFA, a maioria menciona que foi para conseguirem encontrar mais facilmente um emprego, para obter mais conhecimentos, e ainda para adquirirem uma certificação. A totalidade das inquiridas do EFA de Receção de Hotel (12º ano), avalia este curso como muito bom.

No que concerne às mudanças que este curso lhes trouxe, a maioria afirma que adquiriam inúmeros conhecimentos relativos à área em que se certificaram no EFA, tornando-as mais atentas e seguras em determinadas áreas, nomeadamente no património e nas línguas estrangeiras. Por outro lado, ao adquirem vastos conhecimentos e mais competências no domínio das novas tecnologias da informação (TIC) permitiu-lhes um à vontade perante a atividade laboral e de alguma forma, uma possibilidade de alcançarem uma categoria profissional elevada.

Estas mudanças favorecem o aumento da autoestima facilitando a sua inserção no mercado de trabalho, bem como a participação ativa na comunidade envolvente, enquanto agentes de desenvolvimento. A maioria das inquiridas refere que após o EFA, têm frequentando outras formações, que são um apoio na sua constante construção enquanto sujeitos ativos da sociedade.

Conclusões e reflexões

Esta investigação, que se realizou entre Setembro de 2014 e março de 2015, teve o propósito perceber em que medida os cursos EFA contribuem para o desenvolvimento pessoal, profissional e comunitários dos indivíduos que frequentaram esta tipologia de formação, no caso em análise formandas de um EFA ministrado na NERLEI.

A EA (Educação de Adultos) surgiu como já referido anteriormente, durante o século XX, acompanhada da revolução tecnológica do pós-guerra, deixando marcas ao nível da economia, das questões sociais e laborais, sendo este último setor muito debatido devido às transformações que foi sofrendo, exigindo mão-de-obra qualificada, portanto era fundamental preparar a sociedade para esta mudança, especialmente a população adulta.

Desta forma, a educação e formação de adultos são condicionantes do progresso social e económico, pois estimulam o crescimento do país. A educação de adultos é entendida como processo perdurável e comunitário, visto que “ [...] *abrange a vida inteira e se dirige a todos os membros da comunidade*” (Antunes, 1999 citada por Veloso, 2007, p.60).

Neste sentido, a EA integra-se numa visão de educação ao longo da vida, inserida na vida das comunidades, tendo como ponto de partida as novas aprendizagens desenvolvidas, através de competências obtidas em distintos contextos do quotidiano, facilitando o enriquecimento dos seres humanos e das comunidades. Considerar-se que esta tipologia de ensino, tem contributos significativos para o desenvolvimento comunitário.

Com o estudo fez-se um levantamento das entidades formadoras de cursos EFA de Leiria, como referido no capítulo III, conseguiu-se contactar com algumas pessoas que realizaram uma formação EFA, que através de entrevistas semiestruturadas ou inquéritos por questionário indicaram os motivos para realizar o curso. Falaram um pouco das suas origens, da situação profissional, caracterizaram o curso e refletiram sobre a importância do mesmo. A partir da recolha e análise dos dados obtidos conseguiu-se responder à questão de partida.

Logo, na fase inicial, foi possível perceber que esta tipologia de curso tem um efeito muito positivo para quem os frequenta, essencialmente a nível pessoal.

Sendo também possível comprova-lo através dos responsáveis pelos EFA, quando questionados relativamente aos contributos desta tipologia de ensino para os formandos, foi referido pela maioria que os cursos EFA dão a oportunidade de melhorar qualificações, fomentando uma maior integração no mercado de trabalho, dando ainda a possibilidade de aplicarem os conhecimentos adquiridos, no decorrer da formação, em contexto laboral, ou seja uma certificação para a execução de uma profissão.

Para as formandas, quando interrogadas, relativamente às transformações que o EFA exerceu ou não na sua vida pessoal, a maioria referiu que este lhes permitiu mudanças significativas, como na aquisição de novos conhecimentos e novas competências, possibilitando-lhes um contacto com distintas formas de aprendizagem, encaminhando-as para realidades desconhecidas importantes para o seu crescimento pessoal. Porém a maior transformação mencionada foi o aumento das qualificações, que até esse momento não lhes tinha sido possível.

Relativamente, às transformações laborais, no geral as formandas referem que estas ainda não foram sentidas, porém consideram que o curso foi bom para a inserção no mundo laboral, pois a maioria passou do inativo para uma situação de exercício laboral, no entanto em áreas bem diferente daquela em que se certificaram. Consideram ainda, que o curso lhes deu competências muito úteis, na execução das atuais funções na sua atividade laboral.

Neste sentido, tal como foi referido numa avaliação externa dos cursos EFA, em 2012, implementada pela INO (Iniciativa Novas Oportunidades), esta tipologia de formação, está associada a um aumento da probabilidade de progresso de uma situação de desemprego para de emprego, verificando-se uma relação positiva entre o crescimento da remuneração e a conclusão destes cursos e ainda um efeito positivo na redução da duração da situação de desemprego.

Em suma, após todo o trabalho de investigação, pode considerar-se que educar e formar adultos, na atualidade sociedade, é cada vez mais importante, pois são notáveis as transformações na vida pessoal e profissional dos indivíduos/formandos que frequentam esta tipologia de ensino, pois são lhes facultados os instrumentos adequados

para que possam tornar-se cidadãos mais ativos, na atual sociedade, que se tem mostrado cada vez mais exigente, sendo necessário uma constante formação, para as comunidades atingirem o desenvolvimento mais humano.

Em termos de limitações do estudo, senti algumas dificuldades ao longo da investigação tive algumas dificuldades, no que respeita às respostas das entidades, aos questionários implementados na fase inicial do estudo, embora após algumas tentativas consegui obter todas as resposta necessárias, já na fase seguinte também foi um pouco difícil a marcação das entrevistas com as formandas, devido à sua disponibilidade de horários, no entanto consegui marcar três entrevista, e com as restantes foram aplicados questionários, tal como foi mencionado anteriormente.

Contudo, considero que poderia trazer mais informação pertinente para a discussão caso tivesse conseguido entrevistar diretamente todos os ex-formandos EFA. As entrevistas como conversa ou abertas ou semiestruturadas potenciam a reflexão das pessoas, apelando às suas vivências do passado e do presente, não se ficam apenas pelo sim ou não de uma resposta fechada que é dada num inquérito por questionário, vai para além disso.

Apesar de todos os obstáculos e imprevistos, foi um trabalho que me deu imensa satisfação realizar, pois possibilitou-me vastos conhecimentos no âmbito da educação de adultos, tendo ficado mais elucidada acerca da temática e futuramente, se me for possível, gostaria de vir a desenvolver trabalho.

Bibliografia

ANTUNES, M. (coord.) (2007). *Educação de adultos e intervenção comunitária*. Edições Almedina, SA

BERTRAND, Y (2001). *Teorias contemporâneas da educação*. Insituto Piaget

BENTO, A. (2010). *Educação e formação de jovens e adultos - Um passo para uma maior coesão social e inserção socioprofissional*. Relatório de Estágio - Mestrado em ciências da educação e da formação para obtenção da especialidade: Educação e formação de adultos. Universidade do Algarve

BOGDAN,R. & BIKEN, S. (1994).*Investigação qualitativa em educação: fundamentos, métodos e técnicas*. in *Investigação qualitativa em educação*. Porto editora. Consultado em 12 de Fevereiro de 2015 disponível em file:///C:/Users/Ana%20Gra%C3%A7a/Downloads/INVESTIGA%C3%87%C3%83O%20QUALITATIVA%20EM%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20FUNDAMENTOS,%20M%C3%89TODOS%20E%20T%C3%89CNICAS%20(1).pdf

CAMPOS, B. (1991). *Educação e desenvolvimento pessoal e social*. Edições Afrontamento

CANÁRIO, R. (2008). *Educação de adultos - um campo e uma problemática*. Educa, Formação.

CANÁRIO, R., & CABRITO, B. (2008).*Educação e formação de adultos - Mutações e convergências*. Educa, Formação

CARMO, H. (2001). A actualidade do desenvolvimento comunitário como estratégia de intervenção social. In Actas da 1ª conferência sobre o desenvolvimento comunitário e saúde mental 2001. ISPA: Universidade Aberta, centro de estudos das migrações e relações interculturais (CEMRI) Consultado em 25 de Março de 2015 disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1853/1/2001-A%20actualidade%20do%20DC%20como%20estrat%C3%A9gia%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20social-ISPA.pdf>

COUTO, S. (2005). *Educação para todos: o imperativo da qualidade*. In Relatório de monitoramento global EPT 2005: Educação para todos: o imperativo da qualidade/UNESCO. Editora Moderna - UNESCO (Organização das Nações Unidas

para a Educação, a Ciência e a Cultura). Consultado em 11 de Março de 2015 disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001390/139079por.pdf>

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. (2010). *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento*. Lisboa.

FINGER, M., & ASÚN, J. (2003). *A educação de adultos numa encruzilhada - Aprender a nossa saída*. Porto Editora

FERNANDES, D. (1991). *Notas sobre os paradigmas da investigação em educação*. Noesis, 64-66. Consultado em 25 de Fevereiro de 2015 disponível em <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi2/Fernandes.pdf>

FERREIRA, J. (2012). *Alfabetização - um percurso dos adultos na leitura do mundo*. Relatório de Estágio - Mestrado em Ciências da Educação - Área de especialização em formação de adultos

GUERRA, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo- sentido e formas de uso*. Principia

GUIMARÃES, P. (2012). A educação e formação de adultos (1999 - 2010): a progressiva importância da educação e formação para a competitividade. *Revista lusófona de educação*. Volume 22, 69-84. Consultado em 24 de Março de 2015 disponível em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/viewFile/3282/2431>

LIMA, L. (2000). *Educação de adultos (Forum II)*. Braga: Universidade do Minho.

LOPES, M., GALINHA, S. & LOUREIRO, M. (2010). *Animação e bem-estar psicológico- Metodologias de intervenção sociocultural e educativa*. Chaves: Intervenção - Associação para a Divulgação e Promoção Cultural

LOPES, S. (2014). *Trajetórias sociais e políticas de formação de adultos em Portugal*. Chiado Editora

MORALES, D. (coord.). (1998) *Educação um tesouro a descobrir - Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI*. Edições ASA

MARTINS, M. (2012). *O desenvolvimento comunitário e a sua vertente educativa: Estudo comparativo entre Peterborough e Chaves*. Dissertação de Mestrado em

Ciências da educação e especialização em animação sociocultural. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

NUNES, L. (2008). *Desenvolvimento local e animação sociocultural - Uma comunhão de princípios*. Consultado em 24 de Março de 2015 disponível em <http://quadernsanimacio.net/ANTERIORES/ocho/Desenvolvimiento.pdf>

OLIVEIRA, L. & CARVALHO, H. (2010). *Regulação e mercado de trabalho - Portugal e a Europa*. Edições Sílabo

PAIM, V & NODARI, P. (2012). A missão da escola no contexto social atual. in *IX ANPED SUL Seminário de pesquisa em educação da região sul* 2012. Universidade de Caixas do Sul, 1-16. Consultado em 12 de Janeiro de 2015 disponível em <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1063/706>

SANTOS, H. (2006). *A formação profissional como estratégia de inserção social: caso específico dos cursos EFA*. Monografia de licenciatura. Universidade Fernando Pessoa

SIMÕES, A. (1996) *Educação de adultos em Portugal - situações e perspectivas (actas)*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian

SILVESTRE, C. (2003). *Educação/formação de adultos - como dimensão dinamizadora do sistema educativo/formativo*. Lisboa: Instituto Piaget.

SILVA, M. (1962). Oportunidade do desenvolvimento comunitário em Portugal. *Desenvolvimento comunitário - uma técnica de progresso social*. AIP: Lisboa. Consultado em 20 de Março de 2015 disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224163326H3cNW1up0Xu63YZ0.pdf>

SILVA, P. (1993). *A Formação de Professores, a Relação Escola-Família e o Sucesso Educativo*. in Os Professores e as Famílias – A Colaboração Possível, ed. Don Davies, Ramiro Marques & Pedro Silva, 77 - 92. Lisboa: Livros Horizonte.

SILVA, A. S. (1990). *Educação de adultos - Educação para o desenvolvimento*. Edições ASA

SILVA, A. S. (1993). Análise sociológica e reflexão democrática sobre a educação: um diálogo com vantagens recíprocas. in *Análise social*, VOL. XXIX , N.º5, 1994, 1211-

1227. Consultado 12 de Janeiro de 2015 disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378546W9oIC7dp3Kc43GU0.pdf>

ROSE, P. (2014). *Ensinar e aprender: alcançar a qualidade para todos*. In Relatório de Monitoramento global da Educação para Todos EPT (2014) - UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Consultado em 11 de Março de 2015 disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002256/225654por.pdf>

SITOE, R. (2006). Aprendizagem ao Longo da Vida: Um conceito utópico? *Comportamento organizacional e gestão*, VOL. 12, N.º 2, 283-290. Consultado em 7 de Janeiro de 2015 disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/cog/v12n2/v12n2a09.pdf>

TRINDADE, A. (2007). *Aprendizagem ao longo da vida*. Gabinete de Estratégia e Planeamento, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Outras Fontes

Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP (ANQEP)

<http://www.anqep.gov.pt/default.aspx?access=1> acedido em 18 de Novembro de 2014

NERLEI – Associação Empresarial da Região de Leiria

<http://www.nerlei.pt/pt/7-a-nerlei> acedido em 29 de Dezembro de 2014

ANQEP – Guia Metodológico “*Orientação ao longo da vida nos Centros para a Qualificação e Ensino Profissional*”

http://cqep.anqep.gov.pt/documents/Guia_Metodologico_OLV_CQEP.pdf acedido em 09 de Janeiro de 2015

ANQEP –Guião de apoio “A operacionalização de processos de reconhecimento, validação certificação de competências profissionais”

<http://cqep.anqep.gov.pt/documents/GuiaRVCCProfissional.pdf> acedido em 09 de Janeiro de 2015

<http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/database/000046001-000047000/000046258.pdf> acedido em 10 de Janeiro de 2015

http://www.fersap.pt/fersap/modules.php?name=Downloads&d_op=viewdownload&cid=7 acedido em 03 de Fevereiro de 2015

Legislação

Portaria nº 283/2011, DR 204, Série I, de 2011-10-24

Despacho nº 334/2012. DR8, Série II, de 2012-01-11

Despacho conjunto nº 1083/2000, DR 268, Série II, de 2000-11-20

Estatuto da NERLEI

Apêndices

Apêndice A - Guião de Inquérito por Questionário às Entidades⁶

Inquérito por Questionário

O presente questionário surge no âmbito do Mestrado em Ciências de Educação – Especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário do Instituto Politécnico de Leiria e tem como objetivo obter informações sobre os Cursos de Formação e Educação de Adultos (EFA) ministrado na cidade de Leiria, pelo que todas as informações contidas neste questionário serão utilizadas exclusivamente para fins académicos.

1 Nome da Instituição

2 Local de funcionamento

3 Formação académica do responsável pelos cursos EFA

- ☐ 12º Ano/Ensino Secundário
- ☐ Pós graduação
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutoramento
- ☐ Outra:

3.1 Em que área?

4 Há quanto tempo a instituição ministra cursos EFA?

5 Quantos alunos já certificaram?

⁶ Google fórum (Inquérito por Questionário às entidades) <https://docs.google.com/forms/d/1tb-FRSVphdeHorZkRftsdWrYvYeRv-Tk5MzwOFImjAM/viewform>

6 Qual a média de idades dos alunos?

- ☐ 18 aos 25 anos
- ☐ 26 aos 35 anos
- ☐ 36 aos 45 anos
- ☐ 46 aos 55 anos
- ☐ 56 aos 65 anos

7 Quais as áreas profissionais com mais alunos certificados? (Ex: Educação, Construção, Informática, Energias renováveis, Eletricidade) Indique, no mínimo 2 opções.

8 No presente ano letivo 2014/2015 a instituição está a lecionar esta tipologia de formação?

- ☐ Sim
- ☐ Não

9 Quais os cursos existentes atualmente?

10 Quantos alunos frequentam esses cursos?

11 Existem outros tipos de formação destinadas a adultos?

- ☐ Sim
- ☐ Não

11.1 Se sim, quais?

12 Na sua opinião, que contributos pode trazer esta tipologia de formação para os alunos?

Apêndice B – Guião de Inquérito por Questionário às Formandas do EFA (via telefónica)

No âmbito da investigação do mestrado em Ciências da Educação – Especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário, ministrado na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Leiria (IPL), pretendo perceber quais os contributos dos cursos de educação e formação de adultos (EFA) no desenvolvimento pessoal, profissional e comunitário de alguns indivíduos. Neste sentido solicito a vossa colaboração no preenchimento deste inquérito por questionário.

Todos os dados recolhidos serão anónimos e utilizados exclusivamente para fins da investigação no âmbito de mestrado.

I – Dados de Identificação

1. Sexo:

Masculino __ Feminino__

2. Idade: _____

3. Concelho de residência: _____

4. Estado Civil:

Solteiro(a)	<input type="checkbox"/>	Divorciado(a)	<input type="checkbox"/>
Casado(a)	<input type="checkbox"/>	Viúvo(a)	<input type="checkbox"/>
de facto	<input type="checkbox"/>		

5. Tem filhos:

Sim__ Não__

6. Qual a sua situação profissional atual?

- | | |
|--|--------------------------|
| a. Trabalhador independente/por conta própria | <input type="checkbox"/> |
| b. Trabalhador dependente/ por conta de outrem | <input type="checkbox"/> |
| c. Por conta própria e de outrem | <input type="checkbox"/> |
| d. Desempregado | <input type="checkbox"/> |

e. Outra

☐

Qual? _____

II – Trajetória de Vida

- 1. Desde o seu nascimento até à idade adulta viveu com quem? Assinale com uma X a resposta correta.**

Os pais ____

Avós ____

Outros familiares ____

Quem? _____

- 2. Escolaridade dos seus pais ou dos familiares com quem viveu:**

Pai: _____

Mãe: _____

Outros: _____

- 3. Profissão dos seus pais ou dos familiares com quem viveu:**

Pai: _____

Mãe: _____

- 4. Com que idade começou o seu percurso escolar?**

- 5. Durante o percurso escolar reprovou alguma vez?**

Sim__ Não__

Se sim, quantas vezes? _____

- 6. Com que idade saiu/deixou a escola?**

- 7. Frequentava que ano de escolaridade? Assinale com uma X**

4ª classe ____

8. O que seus pais/família gostavam que andasse na escola?

Sim__ Não__

9. Qual o seu primeiro emprego?

10. Que função desempenhava?

11. Quando tem tempo livre, que atividades de lazer gosta de fazer?

Pode assinalar com uma X mais do que uma resposta.

Ler ____

Ouvir música ____

Fazer desporto ____

Passear/viajar ____

Ver TV ____

Estar com os amigos (as) ____

Outras ____ Qual? _____

III- Curso EFA

1. Qual a sua escolaridade antes de realizar o curso EFA? Assinale com uma cruz a opção correta

a. 4ª Classe/Ano

☐

- b. Ensino Preparatório/6º ano de escolaridade ☐
- c. Ensino Liceal/Ensino Unificado/9º ano de escolaridade ☐
- d. Outro ☐

Qual: _____

2. Quais as principais razões que o(a) levaram a ingressar num curso EFA

(Assinale com uma cruz (x) no mínimo 1 e no máximo 3 razões)

- a. Para obter uma certificação que me permitirá subir de categoria profissional ☐
- b. Para encontrar mais facilmente um emprego ☐
- c. Apenas para obter mais conhecimentos ☐
- d. Para ocupar o tempo livre ☐
- e. Para me candidatar a uma licenciatura ☐
- f. Um desejo ou vontade que nunca tinha alcançado ☐
- g. Sugestão e vontade do(s) filho(s) ☐
- h. Sugestão e vontade da família ☐
- i. Para garantir o posto de trabalho atual ☐
- j. Outros ☐

3. Foi influenciado por alguém para realizar o curso EFA?

Sim ____ Não ____

Se respondeu não avance para a questão nº 4

3.1. Quem o(a) influenciou:

Amigo (a) ____

Familiares ____

Entidade empregadora ____ Porquê? _____

Outro(a)s ____ Quem?

4. Porque que escolheu a NERLEI para realizar o curso EFA? (pode assinalar com uma X mais do que uma opção.

Nenhuma razão específica ____

Influência de amigo (a) ____

Influência de familiares ____

Meio de comunicação social (Televisão, Revistas, Jornais, Internet) ____

Através do IEFP ____

Entidade empregadora ____

5. Que área escolheu neste curso?

Administração ____

Educação ____

Energias Renováveis ____

Electricidade ____

Construção civil ____

Higiene e Segurança no Trabalho ____

Hotelaria ____

Recepção de Hotel ____

Restauração ____

Mecânica ____

Outra: ____ Qual? _____

6. Duração do curso EFA

Ano e Mês de início _____

7. Como avalia (opinião) o curso EFA?

Muito Bom ☐ Bom ☐ Satisfatório ☐ Insatisfatório ☐

IV – Situação Pessoal e Profissional após o EFA

1. Qual a escolaridade obtida com a certificação no EFA?

9º Ano ____

12º Ano ____

2. Atualmente, está empregado (a) na área em que se certificou no curso EFA?

Sim ____ Há quanto tempo? _____

Não ____

3. Mudanças na vida pessoal:

O que mudou? _____

O que aprendeu? _____

O que faz, que anteriormente não fazia? _____

4. Existiram mudanças profissionais após o EFA?

Sim _____ Quais?

Não ____

5. Realizou alguma formação depois do EFA?

Sim ____ Em que área? _____ Porquê?

Não ____ Porquê? _____

Muito Obrigada pela sua Colaboração!

Apêndice C - Guião da Entrevista Semiestruturada aos Formandos EFA

Categorias	Objetivos	Questões/Tópicos
Identificação do (a) Entrevistado (a)	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a idade do (a) Entrevistado (a) 	- Idade, concelho residência.
	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer quais as habilitações académicas do (a) Entrevistado (a) 	- Escolaridade anterior à realização do EFA
Trajetória de Vida	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a infância e adolescência do entrevistado 	- Origens pessoais e sociais [nascimento, família, irmãos, amigos...]
	<ul style="list-style-type: none"> • Saber acerca do percurso escolar • Perceber a influência da família no percurso escolar 	- Escolaridade dos pais/família - Entrada na escola [idade] - O Percurso escolar [quantos anos? Reprovações ou não]
	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a idade adulta 	- Primeiro emprego - Constituição de família

	<ul style="list-style-type: none"> • Saber sobre o percurso laboral 	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades de lazer
O curso EFA	<ul style="list-style-type: none"> • Motivações e expectativas pessoais na escolha de um Curso EFA 	<ul style="list-style-type: none"> - Regresso à formação académica - Motivação para o regresso e influências - Escolha da NERLEI, porquê? - Que área escolheu neste curso? Porquê? - Expectativas antes de iniciar o curso EFA - Duração do seu EFA? [em que ano e mês iniciou?] - Opinião do curso EFA
Situação Profissional antes do EFA	<ul style="list-style-type: none"> • Saber qual a profissão antes de iniciar o curso EFA • Perceber que funções desempenhava 	<ul style="list-style-type: none"> - Situação profissional quando iniciou o curso EFA?
Situação Pessoal e Profissional após o EFA	<ul style="list-style-type: none"> • Saber qual a escolaridade obtida com o curso EFA • Saber qual situação de emprego actual • Compreender o que 	<ul style="list-style-type: none"> - Escolaridade obtida - Está empregado/a na área em que se certificou no curso EFA? Há quanto tempo? - Mudanças na vida pessoal com o curso EFA [O que mudou? O que aprendeu? O que faz, que anteriormente não fazia?] - Mudanças profissionais após o curso EFA - Já realizou outras formações depois do EFA?

	<p>mudou, ou não na vida com o EFA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Saber se tem realizado formação 	
<p>Perspetivas relativamente às Iniciativas do CQEP</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a opinião do (a) Entrevistado (a) no que diz respeito às iniciativas levadas a cabo pelo CQEP 	<p>- O que pensa das iniciativas dos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional?</p>

